

02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

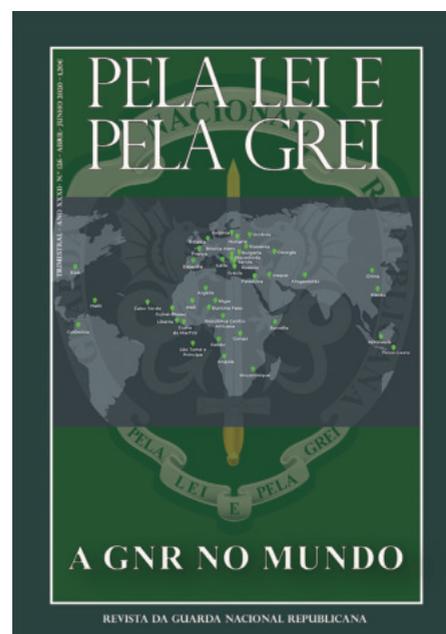
03 EDITORIAL

04 AGENDA NOTICIOSA

- 04 Aniversários:
 04 Cerimónia Digital do Dia da GNR
 18 Dia do Guarda-Florestal 2020
 22 Celebração das Aparições de Fátima 2020
 24 Visita de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo Castrense e Capelão-Chefe das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, ao Centro Clínico da GNR
 26 Cerimónia de Imposição da Medalha de D. Nuno Álvares Pereira ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança

27 TEMA DE CAPA

- 27 A GNR no Mundo
 O contributo para a construção e consolidação de uma cultura mundial de paz e de não-violência



A GNR no Mundo

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 - Fax 213217159;

NIPC: 600008878 **E-mail geral:** revista@gnr.pt;

Diretor: Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar

I E-mail: revista.direccao@gnr.pt **I Redação e**

Edição: Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo, n.º 32, 1200-092 Lisboa **Redação:** Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria; Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria **I Serviços Administrativos:** António Lourenço, cabo-chefe de Cavalaria; Carla Almeida, cabo de Infantaria; José Rasteiro, cabo de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Núcleo de Apoio Gráfico GNR, Rua Padre Adriano Botelho, n.º 1, 1300-436 Alcântara. **I Tiragem:** 2.800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; Assinatura Anual: € 6,00; Ano XXXII - N.º 126 - abril - junho de 2020. Publicação Trimestral.

Estatuto Editorial: Compete à Revista da Guarda veicular formação, informação e cultura a todos os militares e promover a divulgação da imagem e identidade institucional da Guarda.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não necessariamente um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores, vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

Referências Elogiosas

«Exmo. Senhor Comandante Luís Maciel,

vimos por este meio congratular-vos pelo papel desempenhado por esse destacamento, na vertente social, tendo um papel ativo desenvolvido na freguesia, nomeadamente em prol do idoso, na identificação e acompanhamento de casos de violência doméstica, bem como na Comissão Social de Freguesia.

Gostaríamos de dar os parabéns a toda a equipa da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário e agradecer a V/ disponibilidade.

É com grande agrado que registamos o papel fundamental da Guarda Nacional Republicana na colaboração que sempre presta às questões de Justiça Social.

O nosso Obrigado.

Apresentando-lhes os nossos melhores cumprimentos e estima pessoal,

José Ricardo Dias Martins,
presidente da J.F. da Costa da Caparica.»

«Exmo. Senhor Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Chaves,

a Direção da Escola Profissional de Chaves vem, junto de V. Exa., reconhecer a colaboração Institucional no âmbito do Programa Escola Segura, designadamente a prontidão e qualidade das intervenções da V. Equipa da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, sob a coordenação do cabo-chefe Luís Correia.

Estas intervenções complementadas com as V. ações de sensibilização têm, ao longo dos últimos anos, contribuído enormemente para a correção de comportamentos, para a resolução de conflitos e reintegração de todos, em saudável convivência, fundamental para a implementação com qualidade do projeto educativo da instituição.

Pelo excelente trabalho, o nosso agradecimento. Continuamos a contar convosco!

Também ao dispor,

Despeço-me com consideração e estima pessoal.

Atentamente,

O diretor executivo,
Jorge Paulo Alves dos Santos.»

«Exmo. Sr. Comandante do Comando da Guarda Nacional Republicana de Vila Real,

em nome de todos os professores, alunos e restante comunidade escolar da Escola Básica N.º 6 de Vila Real/ JI Timpeira, venho por este meio prestar os nossos sinceros agradecimentos pela vossa colaboração no desenvolvimento do projeto "Família / espaço+ na escola", com a presença de elementos da GNR (encarregados de educação a exercer a profissão), na divulgação da entidade GNR e a sensibilizar para os temas "Direitos e deveres das crianças"; "Prevenção Rodoviária"; entre outros, e promover o tema "Segurança & Paz", no âmbito da semana de articulação do Agrupamento Diogo Cão.

A todos endereçamos o reconhecimento por tornarem possíveis estas atividades tão enriquecedoras.

Com os melhores cumprimentos,

A coordenadora de Escola,
Maria Piedade Penelas.»



A primeira Revista do ano de 2020 teve como tema de capa as Missões Internacionais da GNR. Continuamos, dada a sua importância, a dar destaque ao tema nesta Revista, a segunda do ano corrente, que apodámos de A GNR no Mundo, levando, assim, à estampa a quase totalidade dos artigos recebidos.

A GNR, desde 1995 até aos dias de hoje, tem assumido o compromisso de colaborar na construção e consolidação de uma cultura mundial de paz e de não-violência, sendo projectada para vários teatros de operações em diferentes fases de conflito e de gestão de crises, para além do desempenho de funções ao serviço de variados organismos internacionais, através de militares individualmente destacados, colaborando na prossecução da sua estratégia e missão em diferentes domínios, destacando-se as situações em que haja negligência ou atropelo dos Direitos Humanos, Pobreza Extrema, Desigualdade de Oportunidades e Degradação Ambiental.

Nesta senda, a Guarda Nacional Republicana reforça o seu papel no Sistema Internacional enquanto Força de Segurança e instrumento da Política Externa Portuguesa, consolidando a participação e o lugar de Portugal no Mundo.

Nesta Revista noticiamos, no dia 09 de Abril de 2020, a visita de Sua Excelência Reverendíssima D. Rui Valério, Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, ao Centro Clínico, onde foi recebido pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e procedeu à entrega de cinco mil máscaras cirúrgicas, destinadas aos militares do dispositivo territorial com funções operacionais. Naquela época Pascal, D. Rui Valério partilhou palavras de profundo apreço e enalteceu o papel dos militares da Guarda Nacional Republicana, no momento tão delicado e sensível que o País e os portugueses se encontram a viver, fazendo, também, eco duma Mensagem de Solidariedade e Confiança enviada às Forças de Segurança por Sua Santidade o Papa Francisco, através de Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico, D. Ivo Scapolo.

Pomos em destaque, a realização da Cerimónia Digital do Dia da GNR, que assinalou o seu 109.º Aniversário com a actual designação. Considerando os constrangimentos decorrentes da situação de pandemia, as comemorações tiveram necessariamente um formato diferente, tendo sido privilegiado um programa exclusivamente digital. Convidaram-se todos os militares e civis que servem a Guarda Nacional Republicana, e respectivos familiares, a assistir às comemorações que foram transmitidas, ao longo do dia 3 de Maio, na página oficial de Facebook da GNR.

Pela sua importância, aqui deixamos a transcrição de algumas das várias dezenas de manifestações de agradecimento recebidas a este propósito, que visam, grosso modo, "prestar a devida Honra e Lustre à Instituição GNR, que com todos os seus militares e servidores civis, presta diariamente um serviço inestimável em prol de Portugal". Damos, também, notícia das comemorações, em 25 de Maio, do Dia do Guarda-Florestal, reconhecendo e valorizando, publicamente, esta Carreira de Pessoal civil da Guarda. Os Guardas-Florestais transportam consigo uma herança histórica e uma identidade colectiva, alicerçada por mais de uma centena de anos de actividade, que o Comando da Guarda reconhece, valoriza e procura preservar.

Terminamos, pondo em evidência a Cerimónia de Imposição da Medalha de D. Nuno Álvares Pereira ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Em 26 de Junho de 2020, a Guarda Nacional Republicana teve a honra de receber a visita de S. Exa. o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, e de S. Exa. Reverendíssima o Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Manuel Sousa Valério, no Comando-Geral, Quartel do Carmo. No elenco da visita e cumprindo o protocolo habitual, a Guarda Nacional Republicana realizou uma cerimónia de condecoração das entidades visitantes, com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira – Mérito da GNR, 1.ª Classe.

Quartel do Carmo, Lisboa, 24 de Julho de 2020.
O Director da Revista

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira

CM

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira
Coronel

Cerimónia Digital do Dia da GNR

A Guarda Nacional Republicana assinalou no domingo dia 3 de maio de 2020, o seu 109.º Aniversário com a atual designação (218 anos desde a criação da Guarda Real de Polícia, de quem é legítima herdeira). Considerando os constrangimentos decorrentes da situação de pandemia, as comemorações tiveram, este ano, um formato necessariamente diferente, tendo sido privilegiado um programa exclu-

sivamente digital.

Convidaram-se todos os militares e civis que servem a Guarda Nacional Republicana e respetivos familiares, a assistir às comemorações do 109.º Aniversário da GNR, que foi transmitido ao longo do dia 3 de maio de 2020, na página oficial de *Facebook* da GNR, através do *link* - <https://www.facebook.com/GuardaNacionalRepublicana/>, de acordo com o seguinte programa:



■ DIA DA GUARDA²⁰₂₀ ■
03 DE MAIO

 **PROGRAMA DIGITAL***
*FACEBOOK.COM/GUARDANACIONALREPUBLICANA

- 08h00 – **Hastear da Bandeira Nacional**
- 09h00 – **Homenagem aos Mortos**
- 10h00 – **A Guarda e o COVID-19**
- 12h00 – **Mensagens Institucionais**
 - Comandante-Geral da GNR
 - Ministro da Administração Interna
 - Primeiro-Ministro
 - Presidente da República
- 14h00 – **Mensagens de figuras públicas**
- 16h00 – **Memórias do(a) Guarda**
- 18h00 – **A Guarda(r) além-fronteiras**
- 21h00 – **Música no Palácio**
 - Atuação do Quarteto de Cordas



 [1911 | 2020]

■ GUARDA NACIONAL REPUBLICANA ■





Mensagem do Comandante-Geral – 109.º Aniversário da GNR

«Militares e Civis da Guarda Nacional Republicana, Evocar o dia 3 de maio de 1911 e recordar os 109 anos de existência da Guarda Nacional Republicana, é honrar o passado, viver o presente e preparar os desafios futuros, hoje e sempre, ao serviço do País. É a afirmação da herança, no labor e na entrega, de todos homens que dedicaram as suas vidas ao serviço da Guarda.

É o reconhecimento inequívoco do trabalho diário que os militares da Guarda desenvolvem junto da população.

É a procura constante de novos caminhos e soluções para melhor servir o país.

O contexto de especial adversidade e de exceção em que vivemos, sobretudo nos últimos 2 meses, em resultado da Pandemia COVID-19 que nos conduziu a

um momento verdadeiramente excepcional, estando privados do convívio dos nossos avós, pais, filhos ou netos, não os visitamos, não estamos em família - são tempos duros, marcados pela separação consciente, pelo confinamento, porque estamos realmente muito mais limitados - recordam-nos que carecemos uns dos outros, impondo a confirmação de um propósito solidário e mais humano, que nos una, inspire e nos norteie: as Pessoas.

Individual e coletivamente, o momento que vivemos forçou-nos a adotar renovadas formas de organização e modelos de funcionamento, ajustando procedimentos mitigadores, em todos os níveis de emprego operacional, especialidades e estruturas de apoio e órgãos de Comando e Direção, das probabilidades de contágio, criando condições para que, de forma atenta e consequente, seja possível apoiar quem mais precisa de nós.

A Guarda têm demonstrado uma notável capacidade de resposta, designadamente, através do reforço de meios para operações de patrulhamento, para a garantia do confinamento obrigatório aos doentes com o COVID-19, para a edificação e manutenção de cerca sanitária, para a intensificação da fiscalização rodoviária, controlo de entradas e saídas do país, apoio às populações e, de um modo geral, na garantia do cumprimento das medidas determinadas, com o rigor e a flexibilidade que as circunstâncias impõem.

Institucionalmente, fomos capazes de identificar necessidades de curto e médio prazo, redefinir prioridades, adaptar processos, adquirir e reafetar meios de apoio e materiais de proteção individual, promovendo um esforço operacional e logístico não só assinalável como diferente do que estamos habituados, contra um adversário insidioso e perverso que não escolhe idades, género ou estratos sociais, cientes de que a unidade de esforços é, mais do que nunca, essencial para garantir a segurança e o bem-estar de todos.



A este propósito, não será despidendo evidenciar os militares que na situação de reserva ou reforma têm manifestado a sua disponibilidade para voltar ao serviço neste período de crise, deixando o conforto das suas famílias para estar junto de quem mais precisa, expondo-se ao risco e à incerteza, motivados unicamente pela vontade de cumprir aquela que será, sempre, a sua missão, "Pela Lei e pela Grei". A todos, presto o meu sentido e emocionado reconhecimento, afirmando que são e continuarão sempre a ser parte da família da Guarda, envergando ou não diariamente o seu uniforme.

Uma palavra especial de incentivo e alento aos militares que, internados em unidades hospitalares, no Centro Clínico ou nas suas residências, se encontram em período de convalescência. Bem hajam pela vossa determinação e coragem, contem connosco para vos continuar a acompanhar e apoiar no processo de recuperação.

Quando assumi o cargo de Comandante-Geral, e apresentei o caminho estratégico a seguir pela Guarda, que designei de 4S, *Security, Safety, Social and Support*, os quais se materializam em quatro orientações estratégicas, enquanto ideias-chave para



PELA LEI E PELA GREI

a ação, designadamente: Reforçar a Proximidade à Sociedade, com foco no cidadão; Racionalizar recursos; Modernizar e desmaterializar processos e procedimentos; Cooperar e Colaborar com outras instituições e organismos.

Nunca como hoje, o desígnio para as alcançar, fará mais sentido.

Recordo, a título de exemplo e ainda antes do momento que estamos a viver, o recente contributo da Guarda para a resolução da crise energética que assolou o nosso país em dois momentos consecutivos, exigindo, uma vez mais, capacidade de adaptação e flexibilidade, em resposta às inúmeras e complexas situações que ocorreram no terreno, geradoras de insegurança e intranquilidade social, intervindo de forma oportuna para evitar maiores constrangimentos na estabilidade da sociedade portuguesa e no dia-a-dia dos cidadãos. Este esforço, traduzido num número de ações sem paralelo junto das comunidades locais, em função das suas necessidades específicas e, sempre que possível, em parceria com outras entidades, é bem revelador da consciência do balanceamento equilibrado entre liberdade e segurança, a qual, é bem vincada nas inúmeras mensagens de reconhecimento e apreço, remetidas pelas mais diversas entidades públicas, privadas e cidadãos, registando a postura profissional, isenta e de profunda entrega à causa pública onde, vós, militares da Guarda foram inexcedíveis e proficientes, sempre firmes, generosos e retos na atuação.

O empenho e a determinação, a prontidão e a perspicácia, o profissionalismo e a proximidade, a confiança e a disponibilidade, de norte a sul, continente e ilhas, das zonas rurais aos meios urbanos e respetivas zonas de confluência, da linha de costa à zona de fronteira, na terra, no mar ou pelo ar, em ações de vigilância e intervenção ou projetando meios de proteção e socorro, com colete e capacete balístico ou com máscara

ra cirúrgica e viseira de proteção sanitária, dissemos e continuaremos a dizer: PRESENTE!

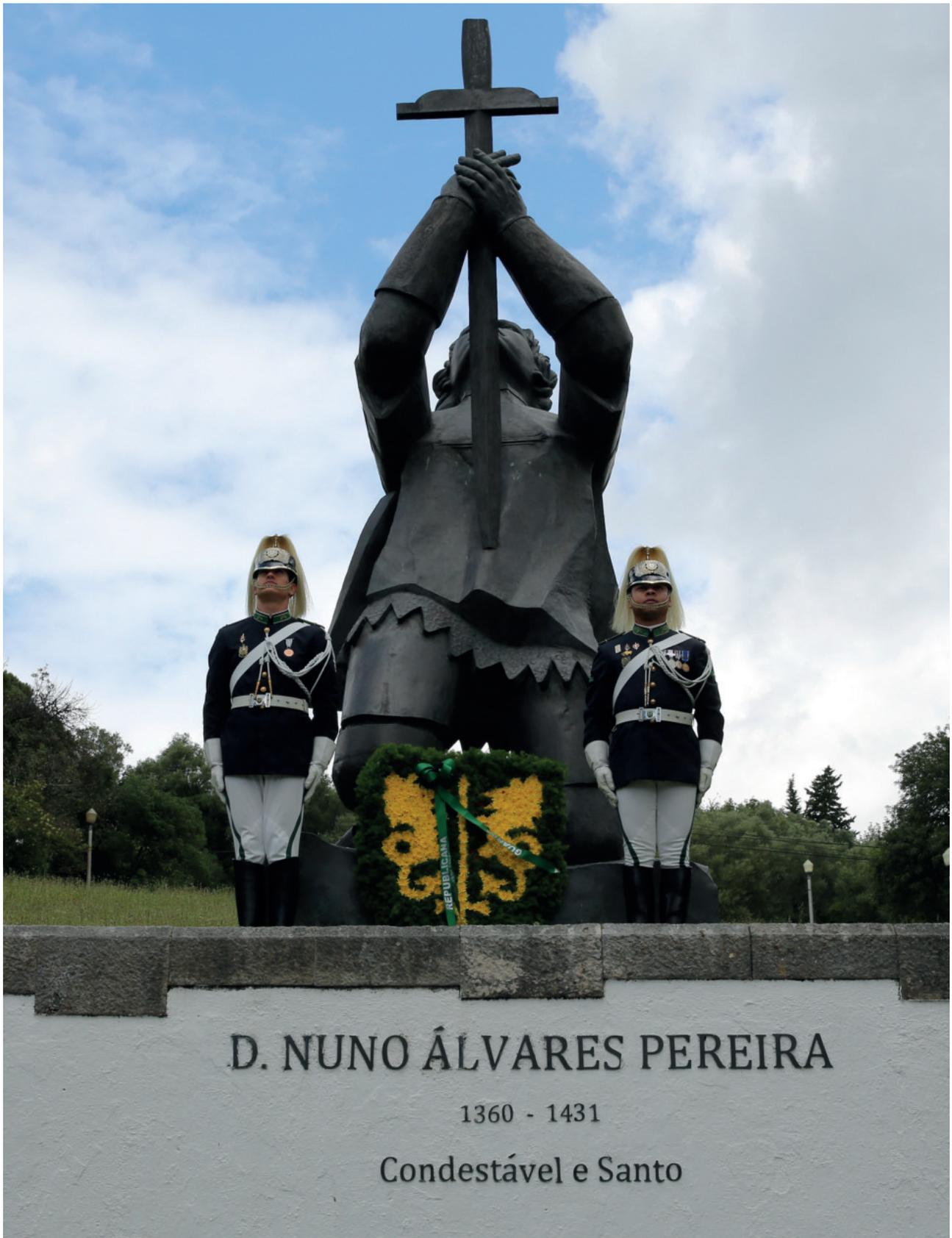
Relevo que tenha sido este ano publicado o Regulamento de Avaliação do Mérito e do Desempenho dos Militares da Guarda, dando mais um passo para a completa implementação de um diploma que considere estruturante para a definição das carreiras.

Fomos também capazes de, ao nível da formação, promover o recrutamento e formação de novos militares, fazendo um esforço de atualização e modernização dos conteúdos, valorizados também pela criação das figuras do PATRONO e do TUTOR de curso, enquanto militares de referência para os futuros Guardas, seguindo o princípio de formar pelo exemplo.

A celebração do dia do Sargento e a regulamentação e operacionalização do Curso de Formação de Sargentos com atribuição do Nível 5, após 4 anos sem a realização de qualquer curso, traduz uma justa valorização da categoria profissional que assume, na primeira linha, o enquadramento de toda a atividade operacional e de apoio.

Destaco ainda, a criação do dia da Fundação, que veio reconhecer e valorizar, justamente, o serviço prestado pelos militares que anualmente transitam para a situação reserva, prestando uma justa homenagem a quem dedicou a vida à causa pública, dignificando a farda que todos nós, orgulhosamente, envergamos. Uma referência também para a criação da Comissão para Igualdade de Género e Não Discriminação na Guarda, que traduz a intenção do Comando da Guarda em procurar criar condições para que, cada vez mais, seja possível conciliar a dimensão da vida profissional, familiar e pessoal dos nossos militares e civis.

Ainda no vigor da resposta à crise que enfrentamos, estou certo de que teremos no curto-médio prazo novos desafios, internos e externos, diferentes dos que temos enfrentado nos últimos anos e dos quais temos memória, mas seguro de que teremos a capacidade,





a determinação e a coragem para encontrar, a cada momento, as respostas necessárias.

Assiná-lo que, ao olharmos para a nossa história, também conseguimos observar momentos disruptivos que desafiaram as alterações nos nossos padrões evolutivos, certo é que marcaram novas etapas de forte desenvolvimento e crescimento, que embora com problemas e dificuldades, potenciaram e estimularam à sobrevivência Institucional e nos obrigaram a melhor nos adaptar, inovando.

Ainda que seja um caminho desafiante, exigente e austero, nem sempre bem compreendido, sobretudo na forma como, por vezes, algumas situações assumem destaque público, sem o adequado detalhe e esclarecimento, acredito que as mulheres e os homens que constituem a Guarda são a pedra angular e o sustentáculo de uma Guarda que vejo cada vez mais forte, coesa e ciente do seu compromisso social.

É na inovação, no direito a pertencer e na entrega que está o caminho, implicando a construção de redes de inovação, de cooperação e colaboração para a criação de valor com os todos os nossos parceiros institucionais, por intermédio de uma aposta na manutenção das competências e do conhecimento, através dos ho-

mens e mulheres que devotamente servem na Guarda. É ocasião de respondermos aos novos desafios das pessoas, para as pessoas e com as pessoas, nas comunidades, nas instituições e, de todos e cada um para uma sociedade mais humana numa “nova normalidade”, recordando aquele que, aos dias de hoje, continuará a ser o nosso compromisso social e institucional, em razão de preparar hoje, para garantir no futuro, um melhor espaço de liberdade e segurança, em nome do superior interesse de Portugal e dos portugueses.

Reitero o orgulho e o privilégio em ser o Comandante-Geral de todos os militares e civis da Guarda Nacional Republicana, deixando uma mensagem de confiança no futuro e incentivando-vos, individual e coletivamente, a ambicionar fazer mais e melhor de forma responsável, esperançado que encontrem forças adicionais e mobilizadoras para que, juntos, enfrentemos os desconfortos e o cansaço da missão, mas que possamos continuar a contribuir para uma Guarda cada vez mais Humana, Próxima e de Confiança.

Bem hajam. O Comandante-Geral
Luís Francisco Botelho Miguel
Tenente-general.»

Cerimónia Digital do Dia da Guarda – Manifestações de Agradecimento Dirigidas à GNR

No passado dia 3 de maio de 2020, a Guarda Nacional Republicana assinalou o seu 109.º aniversário, com a atual designação, através de um programa exclusivamente digital, devido aos constrangimentos decorrentes da situação de pandemia de COVID-19. Para aqueles que não tiveram oportunidade de seguir a transmissão das comemorações, ao longo do dia 3 de maio, através da página oficial de *Facebook* da GNR, aqui deixamos a transcrição de algumas das várias dezenas de manifestações de agradecimento recebidas a este propósito:

Mensagens de agradecimento:

Tribunal de Contas

«Pede-me o Senhor Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Vítor Caldeira, que congratule Sua Excelência o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, pelo programa de comemorações do 109.º Aniversário da GNR. Agradecendo o convite, irá seguir com o maior interesse esta cerimónia.»

Gabinete da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

«Agradeço o amável e inovador convite, e informo que S. Exa. a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Professora Doutora Catarina Sarmiento e Castro, terá muito gosto em assistir às comemorações do 109.º Aniversário da GNR, que serão transmitidas ao longo do dia 3 de maio de 2020.»

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

Tenente-general Carlos Mourato Nunes, presidente da ANEPC:

«Na data em que a Guarda Nacional Republicana cele-

bra o seu 109.º Aniversário, deixo uma palavra de reconhecimento e incentivo a uma instituição que, atendendo ao seu património histórico, se constitui como um dos pilares fundamentais do sistema de segurança e defesa, acolhendo profissionais que com grande competência e sentido do dever, se entregam à causa da liberdade e da segurança dos seus concidadãos, honrando a sua divisa: “Pela Lei e Pela Grei”.

Num tempo em que a insegurança e o medo, causados pela situação pandémica vivida, parecem colocar em causa a liberdade e o modo de vida das sociedades, mais do que nunca, a credibilidade e a confiança nas Instituições são elementos decisivos para o bem-estar das populações.

Assim, e guiados por objetivos comuns, estou certo que a Guarda Nacional Republicana e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil continuarão a trabalhar conjuntamente para o fortalecimento e aprofundamento da função de proteção e socorro, em que ambas as instituições se encontram empenhadas.

Termino, reafirmando as minhas felicitações, na pessoa de Sua Excelência o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, a todos os profissionais que prestam serviço nessa tão nobre Instituição.»

Polícia de Segurança Pública

Superintendente-chefe Manuel Augusto Magina da Silva, diretor-nacional da Polícia de Segurança Pública:

«É com enorme honra, elevada estima e consideração que felicito Vossa Excelência e todos os militares da Guarda Nacional Republicana, pelo 109.º aniversário de tão nobre instituição que, há mais de um século, está ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Face aos constrangimentos decorrentes da pandemia e na impossibilidade de o fazer pessoalmente, permita-me expressar os meus sinceros votos de um dia pleno de comemorações do 109.º Aniversário da

PELA LEI E PELA GREI

Guarda Nacional Republicana, que seguramente terei o privilégio de assistir, através da página oficial de *Facebook* da Guarda Nacional Republicana.»

Polícia Judiciária

Dr. Luís Neves, diretor-nacional da Polícia Judiciária:

«É com muita honra que acuso a receção de gentil convite formulado por V. Exa. a propósito de mais uma comemoração de aniversário da Guarda Nacional Republicana, uma Instituição charneira entre as Forças Policiais e Serviços de Segurança.

Enquanto Diretor Nacional da Polícia Judiciária, peço-lhe que aceite, institucional e pessoalmente, Senhor Comandante-Geral, as minhas felicitações e os votos sinceros de que a Guarda Nacional Republicana mantenha o excelente desempenho na concretização da sua missão e de que, no próximo ano, possamos novamente estar todos juntos por esta ocasião.

Aproveito ainda a oportunidade para agradecer a V. Exa a constante colaboração funcional de elevado nível prestada à Polícia Judiciária, reconhecendo aos militares da Instituição que superiormente dirige a sua eficácia, disponibilidade e prontidão.»

Câmara Municipal de Lisboa

«Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, de agradecer o convite que S. Exa. o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho teve a amabilidade de enviar.

Aproveito a oportunidade para felicitar a Guarda Nacional Republicana pelo 109.^o Aniversário.»

Câmara Municipal de Braga

«Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, de felicitar a Guarda Nacional Republicana pelo seu 109.^o aniversário com esta designação e agradecer o convite para assistir

às comemorações na página oficial de Facebook da GNR.»

Câmara Municipal de Odivelas

Dr. Hugo Martins, presidente da Câmara Municipal:

«Muito agradeço o amável convite endereçado para assistir às cerimónias comemorativas da Guarda Nacional Republicana, que este ano assumem um carácter diferente do habitual, em virtude da atual situação de pandemia motivada pela propagação do vírus COVID 19.

Quero aproveitar para, em meu nome pessoal e em nome da Câmara Municipal de Odivelas, saudar V. Exa. e a Vossa distinta e centenária Instituição pela passagem deste Aniversário, cuja história atravessa mais de dois séculos de existência. Muitos anos a proteger as populações e a garantir a ordem pública no nosso país, prestando um serviço público de reconhecida competência, zelo, dedicação e espírito de missão. A Vossa ação e contributos diários neste período de confinamento generalizado, em particular, têm-se revelado fundamentais para minimizar a disseminação desta doença e do seu contágio, assim como garantir o cumprimento das medidas determinadas pelo decretado e renovado Estado de Emergência.

Nesse sentido, informo V. Exa. que irei acompanhar estas respetivas celebrações com especial atenção e satisfação, através da plataforma digital disponibilizada, desejando acima de tudo que, apesar do seu contexto limitativo, as mesmas possam alcançar todos os objetivos traçados.

Felicitando-o a si e a todos os envolvidos nesta nobre e importante iniciativa, apresento os meus cordiais cumprimentos.»

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

«No que tange ao conteúdo da mensagem de correio eletrónico reproduzida infra, encarrega-me o Senhor

Presidente da Câmara Municipal do Município de Vila Franca de Xira, Senhor Alberto Mesquita, de acusar a respetiva receção, agradecendo o seu amável envio. Incumbe-me ademais o Senhor Presidente de transmitir as mais calorosas felicitações pelo 109.º Aniversário da GNR, na pessoa de Sua Excelência o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel. O Senhor Presidente da Câmara Municipal endossa-lhe cordiais e respeitosos cumprimentos.»

Câmara Municipal de Palmela

«Incumbiu-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Palmela, Álvaro Manuel Balseiro Amaro, de acusar a receção e agradecer o convite de Sua Excelência o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, para assistir às comemorações do 109.º Aniversário da GNR, que serão transmitidas ao longo do dia 3 de maio de 2020, na página oficial de *Facebook* da GNR.

Lamentavelmente, em virtude de compromissos já assumidos no âmbito da pandemia, junto de várias entidades, e sendo o Sr. Presidente o detentor do pelouro da proteção civil, agradece o convite e fará os possíveis para assistir às comemorações do aniversário da Guarda Nacional Republicana. Gostaria de transmitir os seus parabéns pela celebração de mais um aniversário, e desejar que o evento, mesmo não presencial, decorra dentro das expectativas.»

Câmara Municipal de Ovar

Eng.º Salvador Malheiro Ferreira da Silva, presidente da Câmara Municipal:

«Na passagem do centésimo nono aniversário da Guarda Nacional Republicana, e não o podendo fazer pessoalmente, pelas circunstâncias em que vivemos, ainda em plena epidemia COVID 19, não poderia dei-

xar de saudar, neste dia, de forma muito sentida e reconhecida, os nossos militares da GNR, por mais este aniversário.

Este tempo excepcional impõe medidas excecionais.

No caso concreto do Município de Ovar, a intervenção das forças de segurança, nomeadamente da GNR, foi determinante para implementar e manter uma série de medidas de defesa e proteção do nosso povo.

24 horas por dia, todos os dias da semana, contamos com o trabalho, empenhado e dedicado, de todos.

Nesta cruzada, merece o nosso reconhecimento público o nosso amigo Capitão Victor Ribeiro, Líder do Destacamento Territorial da GNR de Ovar.

Vestiu, juntamente com o seu pelotão, a camisola do Município de Ovar, ajudando a Salvar Vidas.

No terreno, foram muitas as ações de sensibilização e de fiscalização.

Dezenas de militares, em prol de um bem coletivo, imbuídos de um espírito de solidariedade e de entrega total, e cumprindo a sua missão de serviço público, nunca baixaram as guardas.

Mantiveram a firmeza e a bravura que se exigia num momento tão delicado como o que vivemos.

A visita do Tenente-General Botelho Miguel, autoridade máxima da Guarda Nacional Republicana, ao nosso território, foi um momento de renovação e confiança, e de muita força para continuarmos esta missão, que é de todos.

Já vencemos várias batalhas, mas a guerra está longe do fim.

Hoje, mais do que nunca, precisamos de todos.

Cada um com o seu contributo, readaptando hábitos e comportamentos.

Em meu nome pessoal e do nosso Município, Obrigado.

Terão sempre a gratidão e o respeito deste Povo de Ovar.

Parabéns e um abraço amigo.»

PELA LEI E PELA GREI

Câmara Municipal de Águeda

«Encarrega-me o Senhor Presidente, Enf. Jorge Almeida, de agradecer o amável convite que lhe foi endereçado para participar na Cerimónia Digital do Dia da Guarda Nacional Republicana, no dia 3 de maio, sendo que fará os possíveis para poder assistir à mesma.

Não podemos deixar de notar e enaltecer, a forma rápida e inovadora como a Guarda Nacional Republicana se adaptou às novas exigências face ao período que atravessamos, nunca deixando de assinalar datas que são importantes para essa instituição e para a sociedade em geral.

Por fim, uma palavra de agradecimento pela inestimável colaboração prestada a este Município.»

Câmara Municipal de Vizela

Dr. Victor Hugo Salgado, presidente da Câmara Municipal:

«Éxmos. Senhores,

É com enorme satisfação que, uma vez mais, constato a realização das comemorações do aniversário da Guarda Nacional Republicana, uma instituição de enorme relevo e prestígio, que, para além das naturais funções de manutenção da ordem e segurança, desempenha um papel essencial na formação cívica e social.

Deste modo, e no seguimento do convite efetuado para assistir às comemorações, que se realizarão no próximo dia 03 de maio de 2020, serve o presente para, desde já, parabenizar essa instituição pelo 109.^o aniversário e informar V. Exas. que, em caso de disponibilidade, terei todo o prazer em assistir às mesmas através da página oficial de *Facebook* da Guarda Nacional Republicana.»

Câmara Municipal da Praia da Vitória

«Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Dr. Tibério Dinis, de agra-

decer o amável convite, felicitando pela inovação na transmissão da cerimónia no formato digital, informando que assistirá dentro do possível às comemorações.»

Câmara Municipal de Baião

Dr. Paulo Pereira, presidente da Câmara Municipal:

«Neste dia em que a Guarda Nacional Republicana assinala o seu 109.^o Aniversário com a atual designação, venho por este meio felicitar a v. instituição e agradecer o amável convite que me foi formulado para assistir às cerimónias comemorativas por via digital.

Não terei oportunidade de assistir a toda a iniciativa, mas irei acompanhar com interesse alguns dos momentos incluídos no referido programa.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a importância da ação da Guarda Nacional Republicana no nosso município. A GNR é no nosso território a garantia de manutenção e observância da lei, da ordem pública e também um parceiro ativo no apoio aos cidadãos, em particular aos mais fragilizados e isolados. A colaboração com a Câmara Municipal de Baião tem sido sempre frutuosa e verifica-se com particular intensidade no combate à pandemia COVID-19.

Gostaria, portanto, de enaltecer o trabalho empenhado do Primeiro-Sargento Artur Mota, Comandante do Posto Territorial de Baião e de todos os guardas que integram este Posto.

Como costumamos dizer, se cada um der o seu melhor na sua função, “Todos Juntos Somos Mais Fortes”. Essas palavras aplicam-se bem a esta relação de colaboração.

Despeço-me com os melhores cumprimentos, renovando os votos de felicitações neste dia de aniversário da Guarda Nacional Republicana.»

Câmara Municipal de Grândola

Dr. António de Jesus Ferreira Mendes, presidente da

Câmara Municipal:

«Em nome do Município de Grândola agradeço o convite e felicito a Guarda Nacional Republicana pelo seu 109.º aniversário. Que continuem, por muitos e bons anos, a cumprir a vossa nobre e importante missão de assegurar a legalidade democrática e garantir a segurança de todos.»

Câmara Municipal de Vendas Novas

«Vimos por este meio acusar a receção do vosso convite referente ao evento em epígrafe.

Agradecemos a mesma, cumprindo-nos informar que será com todo o gosto que o Sr. Presidente, Dr. Luís Dias, assistirá às vossas cerimónias, felicitando-os desde já pela forma condigna como, em tempos pandémicos, continuam a assinalar este dia de tamanha importância para toda a comunidade.

Reiteramos o agradecimento face ao vosso convite e deixamos votos de sucesso no evento.»

Câmara Municipal de Almeida

Eng.º António José Monteiro Machado, presidente da Câmara Municipal:

«Agradecemos o convite, e iremos acompanhar as Comemorações.

Aproveitamos o presente contacto para felicitar a Instituição pelo seu aniversário, e pelo importantíssimo papel que desempenha na sociedade na salvaguarda da ordem pública e segurança de todos, tal como podemos constatar sobretudo nos dias atribulados que hoje todos vivemos.»

Câmara Municipal de Manteigas

Dr. Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, presidente da Câmara Municipal:

«Agradeço o honroso convite para assistir às comemorações do 109.º Aniversário da GNR, que serão transmitidas ao longo do dia 3 de maio de 2020,

na página oficial de *Facebook* da GNR e assistirei ao evento através do *link* enviado.»

Câmara Municipal de Velas

Dr. Luís Silveira, presidente da Câmara Municipal:

«Aproveitamos o ensejo para agradecer o envio do mesmo, felicitando desde já a comemoração dos 218 anos ao serviço do País e, sobretudo, na proteção e segurança da população.»

Câmara Municipal de Sousel

«Encarrega-me o Sr. Presidente Eng. Manuel Valério de agradecer o trabalho realizado pela GNR na defesa dos cidadãos e envia felicitações pelos 109 anos de existência.»

Câmara Municipal das Lajes das Flores

Dr. Luís Maciel, presidente da Câmara Municipal:

«Boa tarde,

Agradeço o convite e a atenção dispensada, pelo que irei acompanhar a cerimónia pelos meios digitais.

Congratulo-vos pela iniciativa, desejando que corra pelo melhor e que continuem a desempenhar o importante papel que têm vindo a desempenhar ao longo da vossa história, que muito tem contribuído para a segurança e ordem do nosso país.»

Câmara Municipal do Corvo

Dr. José Manuel Silva, presidente da Câmara Municipal:

«Deixem-me reconhecidamente agradecer o honroso convite que me foi endereçado para participar nas comemorações do dia da instituição, que apesar das contingências a que estamos sujeitos determinarem que tenham que ser realizadas de forma diferente, merecem ser levadas a efeito.

Sabendo da importância da GNR no contexto nacional, regional e local, desejo as maiores felicidades no cumprimento das missões que lhe estão atribuídas bem como a todos os seus elementos e dirigentes.»

PELA LEI E PELA GREI

Secretaria-Geral do MAI

«Sobre o assunto em referência, incumbe-me o Senhor Secretário-Geral, Dr. Marcelo Mendonça de Carvalho, de agradecer o convite e enaltecer a iniciativa e o seu formato.»

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

«É com muito gosto pessoal e institucional que transmito, a pedido do Conselho Diretivo do IMT, IP, a seguinte mensagem:

Por ocasião das comemorações do 109.º Aniversário da GNR, não podia este Instituto deixar de se associar às mesmas, realçando a importância da atuação dessa Força na segurança geral do país, na segurança rodoviária em particular e ainda no forte e imprescindível contributo sempre dado ao IMT, a fim do mesmo prosseguir a sua missão.

Nestes tempos especialmente exigentes, não podia ainda o IMT deixar de prestar a devida Honra e Lustre à Instituição GNR, que com todos os seus militares e servidores civis, presta diariamente um serviço inestimável em prol de Portugal.

Votos de muito sucesso.

O Conselho Diretivo do IMT,

Eduardo Feio

Luis Pimenta.»

OPArt– Organismo de Produção Artística, EPE

Dra. Conceição Amaral, presidente do Conselho de Administração do OPArt:

«Muito agradeço o amável convite e desejo as maiores felicidades à GNR e que o dia seja, apesar dos condicionamentos, um grande dia de festa.»

Fundação Calouste Gulbenkian

«Encarrega-me a Senhora Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dra. Isabel Mota, de agradecer o simpático convite que lhe foi dirigido e de felicitar a

GNR, na pessoa de Sua Excelência o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, e os seus colaboradores pelos seus 109 anos de existência de serviços prestados a Portugal e aos portugueses.»

EUROGENDFOR - European Gendarmerie Force

Coronel Giuseppe Zirone, comandante da EUROGENDFOR:

«Por ocasião do 109.º aniversário da Guarda Nacional Republicana, por favor, aceite também em nome da sede permanente da Força Europeia de Gendarmarias, os sinceros parabéns, juntamente com sentida estima e consideração.

É um prazer partilhar essa experiência com profissionais da Guarda Nacional Republicana.»

Prevenção Rodoviária Portuguesa

Eng.º José Miguel Trigo, presidente do Conselho de Direção:

«Agradeço e aceito o muito amável convite. Seguirei com muito gosto as comemorações em época tão difícil para todos.

Aproveito para agradecer o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela GNR, que em muito tem contribuído para que o povo português esteja a resistir a esta situação tão fora do normal, de forma tão digna.»

Procuradoria-Geral da República

«Muito obrigado pela mensagem e pelo convite.

Felicitto a Guarda pela capacidade para se reinventar e pelo tipo de comemoração que vai levar a cabo.

Vou procurar seguir as comemorações, *online*.»

Inspeção-Geral da Administração Interna

Coronel Pedro Manuel Tinoco Ferreira, inspetor da Inspeção-Geral da Administração Interna:

«Informo que recebi o convite para a Cerimónia Digital do 109.º Dia da GNR, que decorre no dia 03MAI20, que muito agradeço.

Neste período de grandes restrições esta é uma excelente forma de comemorar o dia da Guarda, pelo que irei seguir atentamente o programa que me foi comunicado.

Só posso manifestar o meu enorme orgulho de pertencer a esta Instituição Centenária, que mais uma vez, nesta crise pandémica, está a demonstrar o seu extraordinário profissionalismo e elevadíssima capacidade de resposta qualificada aos desafios que lhe são diariamente colocados.»

Embaixada da Turquia em Portugal

Coronel Ercan YAVUZ, conselheiro para Segurança, Cooperação e Assuntos Internos:

«Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Sua Ex-

celência, Comandante-Geral da GNR por este gentil convite. Será uma grande honra para mim, estar junto com meus colegas portugueses durante a cerimónia do 109.º Aniversário do GNR, mesmo que seja através de uma tela.

Parabéns a todos os ilustres funcionários da GNR pelo 109.º Aniversário da GNR.»

Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe

Coronel Pedro Miguel Ramos Costa Lima, oficial de ligação do Ministério da Administração Interna:

«Em resposta ao Convite que me foi endereçado para assistir às comemorações do 109.º Aniversário da GNR, que serão transmitidas ao longo do dia 3 de maio de 2020, na página oficial de *Facebook* da GNR, cumpro-me informar que estarei presente.

Aproveito para saudar e enaltecer a originalidade e a materialização digital da iniciativa.»



Dia do Guarda-Florestal 2020



Mensagem do Comandante-Geral – Dia do Guarda-Florestal 2020 «Militares e Civis da Guarda Nacional Republicana.

Hoje, dia 25 de maio, conforme definido no Estatuto da carreira de Guarda-Florestal, damos corpo às comemorações do Dia do Guarda-Florestal, reconhecendo e valorizando, publicamente, esta carreira de

peçoal civil da Guarda. Esta especial referência com um Dia do Guarda-Florestal foi um compromisso que assumimos a partir do ano transato, como sinal de apreço e de reconhecimento, pelo contributo dos guardas-florestais para a conservação e proteção do meio ambiente e património natural, em geral. O contexto de especial adversidade e de exceção em

que vivemos, agora em situação de calamidade, em resultado da Pandemia COVID-19, vincula-nos, pelo dever de cidadania e sentido de responsabilidade, a celebrar este ano o dia comemorativo de uma forma diferente – à imagem da opção que construímos para o dia da Guarda. Conscientes de que as regras de distanciamento social e etiqueta respiratória começam em cada um de nós, optou-se por uma presença virtual de norte a sul do país, reforçada pelas dinâmicas regionais e locais dos vários comandos territoriais, reiterando, de forma clara e convicta, o propósito que mais nos tem unido: a segurança e bem-estar das Pessoas, a salvaguarda do País.

Criada por Decreto de 24 de dezembro de 1901, vai para 119 anos, a história dos guardas-florestais remonta ao Decreto de 1886, que organiza o plano dos serviços florestais, fazendo referência, já nessa data, a mestres e guardas com responsabilidades nas “circunscrições florestais” e a “empregados de polícia rural” e “agentes de força pública”.

Na essência, os guardas-florestais mantiveram-se ao longo dos anos com uma dupla responsabilidade, de polícia florestal e de gestão de trabalhos florestais, durante a qual se fizeram investimentos significativos nesta carreira, nomeadamente com construção das conhecidas casas dos guardas-florestais (cerca de 1.100) e com a construção de várias escolas para a sua formação.

Em 2006, o Corpo Nacional de Guardas-Florestais foi objeto de uma das mais profundas transformações na sua organização, transitando (da Direção-Geral de Recursos Florestais) para a Guarda Nacional Republicana, enquadrado na recente estrutura do SEPNA, com um contexto organizacional e institucional totalmente distinto, o que implicou, de parte a parte, um profundo processo de integração e adaptação a uma nova realidade, hoje reconhecido como uma mais valia e uma aposta de sucesso, traduzida

na reconstituição da carreira florestal.

Para a Guarda, a reconstituição da carreira de guarda-florestal reforça a convicção de que continuaremos empenhados no exercício das nossas responsabilidades de conservação e proteção da natureza e do ambiente, potenciando a experiência e conhecimentos do dispositivo militar e civil especializado nestas matérias, atualmente com 434 guardas-florestais e 698 militares, organizados em Equipas de Proteção Florestal e em Equipas de Proteção da Natureza, números que refletem bem o comprometimento assumido pela Guarda, com a criação do SEPNA: “intervir pedagógica e coercivamente na prevenção e no combate contra condutas, passivas e ativas, contrárias às normas legais na área do ambiente e do ordenamento do território”.

No ano de 2019, no domínio da Conservação e Proteção da Natureza e do Ambiente, a Guarda realizou 208.453 fiscalizações, decorrentes de 71.721 ações de patrulhamento, das quais resultaram a identificação de 1.258 crimes, 88 detenções e 22.429 autos de contraordenação, num valor mínimo de coimas que ascende aos 38 milhões de euros.

Em particular, na área florestal, venatória e piscícola, as Equipas de Proteção Florestal, no ano de 2019, participaram 375 crimes e elaboraram 2.568 autos de contraordenação, relevando-se também a sua ação no âmbito do Regime Jurídico da Arborização e Rearborização, com o levantamento de 230 autos e a realização de mais de 400 ações de fiscalização, e da investigação das causas de incêndio, que desde 2019 ascende a mais de 10.000 ocorrências investigadas.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, mais do que nunca, o contributo e empenho das Equipas de Proteção Florestal tem sido valioso, tanto ao nível das ações de prevenção, que englobam a

PELA LEI E PELA GREI

sensibilização e a fiscalização da gestão do combustível, como da avaliação pós-evento, onde se destaca a validação e investigação das causas dos incêndios florestais, área do conhecimento em que os guardas-florestais desempenham um papel essencial, que se tem procurado potenciar através dos Cursos de Investigação das Causas de Incêndios Florestais. Guardas, Mestres e Mestres-Florestais-Principais, Os guardas-florestais transportam consigo uma herança histórica e uma identidade coletiva, alicerçada por mais de uma centena de anos de atividade que o Comando da Guarda reconhece, valoriza e que procura preservar. Independentemente da sua dependência e estrutura organizacional, os guardas-florestais têm sabido adaptar-se, renovar-se em conhecimento e experiência, mantendo-se fiéis a um conjunto de princípios e valores distintivos, que, em larga medida, muito se identificam com a forma de estar e ser da Guarda.

Enquanto vosso Comandante-Geral, estou bem ciente dos desafios que diariamente são colocados aos guardas-florestais, na qualidade de órgãos de polícia criminal, sujeitos ao dever de disponibilidade, enquanto serviço de caráter permanente e obrigatório, que mesmo em situação de folga ou descanso tem como prioridade a prevenção e resolução de ocorrências e infrações em prol da proteção do ambiente. Atuação orientada pelos exigentes princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade, que caracterizam a atividade e dão boa nota do seu profissionalismo e rigor.

Ao longo destes 14 anos de integração na Guarda, coletivamente, temos sido capazes de ultrapassar várias etapas, cientes de que qualquer processo de mudança carece de compromisso e disponibilidade para procurar entendimentos e novas soluções.

Sinto-me particularmente grato pela revitalização desta carreira, traduzida na concretização do 1.º

Curso de Formação de Guardas-Florestais na GNR, dos quais obtiveram aproveitamento 155 formandos, já no desempenho das suas funções, permitindo o reforço dos Núcleos de Proteção Ambiental nos locais para os quais se candidataram, passo importante para a consolidação da capacidade das Equipas de Proteção Florestais.

Sinónimo de mais um desafio ultrapassado com sucesso, foi planeado e organizado o 1.º Curso Florestal. Curso com 860 horas de formação, integrando sinergias entre a Escola da Guarda, unidade de formação, e o SEPNA, órgão técnico responsável, com o forte contributo de mestres florestais, da Secretaria de Estado da Valorização do Interior, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e do Instituto Superior de Agronomia, sinónimo de uma simbiose perfeita de cooperação e colaboração.

Esperamos ainda este ano completar este processo de recrutamento com a incorporação de 45 novos elementos, num novo Curso de Formação, concluindo a meta imediata de recrutamento de 200 novos guardas-florestais.

Da mesma forma, esperamos concluir alguns dos processos em curso, relativos a questões administrativas e logísticas que carecem ainda de implementação, ajustamentos ou clarificação, como é bom exemplo o cartão de identificação do guarda-florestal e a aquisição e distribuição de algum fardamento, a par de questões associadas à progressão na carreira. Processos que encontram, em parte, acolhimento na aprovação do Estatuto e do Regulamento de Uniformes do Pessoal da Carreira Florestal, orientados para a melhoria da organização administrativa desta atividade, reforçando a confiança pública e a dignificação da carreira do guarda-florestal.



Apesar do período de calamidade em que vivemos, aproximamo-nos, a passos largos, de uma fase crítica para a atividade de Defesa da Floresta Contra Incêndios, etapa que, acredito, enfrentaremos com ainda superior determinação, procurando, no contexto atual, encontrar mecanismos e parcerias ao nível nacional, regional e local para desenvolver as sinergias necessárias à conservação e proteção da natureza e do ambiente que, como bem sabemos do passado recente, se traduz em segurança e bem-estar para os nossos cidadãos e valorização do património do País. A Defesa da Floresta é um desígnio nacional e um compromisso institucional, para com as pessoas e para com o património histórico e natural que tanto nos distingue na Europa e no Mundo.

A mensagem que vos deixo é de otimismo e confiança nos tempos que virão, sustentada numa esclarecida perceção das nossas capacidades e dos

desafios da sociedade em que vivemos, bem como na certeza de que continuaremos fieis à identidade e herança histórica dos guardas-florestais, determinados na proteção das florestas, dos recursos naturais e da biodiversidade, procurando responder de uma forma cada vez mais adequada e proficiente aos desígnios do País para a regulação do clima e concretização dos compromissos internacionais, a fim de melhor preparar o futuro.

Reitero o orgulho e o privilégio em ser o Comandante-Geral de todos os militares e civis da Guarda Nacional Republicana, incentivando-vos, individual e coletivamente, a ambicionar fazer mais e melhor de forma responsável, contribuindo para uma Guarda cada vez mais Humana, Próxima e de Confiança.

Bem hajam.

O Comandante-Geral,
Luís Francisco Botelho Miguel
Tenente-general.»

Visita de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo Castrense e Capelão-Chefe das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, ao Centro Clínico da GNR



Sua Excelência Reverendíssima D. Rui Valério, bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, deslocou-se no dia 9 de abril ao Centro Clínico, onde foi recebido pelo comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e procedeu à entrega de 5 000 máscaras cirúrgicas, destinadas aos militares do dispositivo territorial, com funções operacionais.

Nesta época Pascal, D. Rui Valério partilhou palavras de profundo apreço e enalteceu o papel dos militares da Guarda Nacional Republicana, neste momento tão delicado e sensível que o País e os portugueses se encontram a viver, fazendo, também, eco duma men-

sagem de solidariedade e confiança enviada às forças de segurança por Sua Santidade o papa Francisco, através de Sua Excelência Reverendíssima o nuncio apostólico, D. Ivo Scapolo.

Na mesma ocasião, foi anunciado que o capelão da GNR, padre Agostinho Freitas, faria uma celebração eucarística, não assistida, na Capela do Centro Clínico, no dia 12 de abril, domingo de Páscoa, como sinal de fé e alento pela situação que se vive a nível mundial.

Esta celebração eucarística do Domingo Pascal foi transmitida em direto na página da GNR do *Facebook*.



Celebração das Aparições de Fátima 2020



No atual contexto de emergência de saúde pública ocasionada pela pandemia da doença COVID -19, foram sendo tomadas um conjunto de medidas com o objetivo de mitigar os efeitos do surto na sociedade portuguesa.

O Estado reconhece e classifica, na Constituição da República Portuguesa, a liberdade religiosa como direito fundamental, no qual se compreende a liberdade e o direito de celebração dos rituais e cerimónias religiosas.

Entendendo como relevante para a comunidade católica portuguesa, a celebração das aparições de Fátima

no dia 13 de maio e, atendendo a que, a saúde pública é adequadamente garantida, o Governo considerou justificada e proporcional a realização da referida celebração que, nos termos comunicados pela Diocese de Leiria-Fátima, não contou, este ano, com a presença física de peregrinos no recinto do santuário.

No entanto, o despacho determinou que a celebração das aparições de Fátima, nos dias 12 e 13 de maio de 2020, no recinto do Santuário de Fátima, podia contar com a presença de celebrantes e demais elementos necessários à celebração, convidados do Santuário de Fátima e respetivos funcionários.



Cerimónia de Imposição da Medalha de D. Nuno Álvares Pereira ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança



Em 26 de junho de 2020, a Guarda Nacional Republicana teve a honra de receber a visita de S. Exa. o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, e de S. Exa. Reverendíssima o bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Manuel Sousa Valério, no Comando-Geral, Quartel do Carmo.

No elenco da visita e cumprindo o protocolo habitual, a Guarda Nacional Republicana realizou uma cerimónia de condecoração das entidades visitantes, com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira – Mérito da GNR, 1.^a Classe, que se iniciou com o hino nacional tocado pelo Quarteto de Cordas da GNR.

Após a leitura dos respetivos currículos das personalidades visitantes e do diploma de concessão da meda-

lha, seguiu-se a sua imposição, momento que cunhou o ponto alto desta visita.

Na sequência de uma alocução proferida por S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, S. Exa. Reverendíssima bispo D. Rui Valério e S. Exa. almirante António Ribeiro, proferiram um breve discurso, momento que findou com a habitual troca de cumprimentos e a assinatura no livro de honra.

Nesta ocasião, que decorreu com o brio e decoro que caracterizam as cerimónias da Guarda, além de todos os comandantes, estiveram presentes os inspetores e subinspetores, assessores e coordenadores da Guarda, bem como vários diretores e chefes dos Comandos e Órgãos, e representantes das categorias profissionais de sargentos, guardas e funcionários civis.

A GNR no Mundo

O contributo para a construção e consolidação de uma cultura mundial de paz e de não-violência



A Guarda Nacional Republicana tem assumido o compromisso de colaborar com vários organismos internacionais e Estados na construção e consolidação de uma cultura mundial de paz e de não-violência. Este compromisso iniciou-se em 1995, com o embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial, e perdura até aos dias de hoje. A prossecução deste desígnio tem sido salvaguardada pela projeção e destacamento de militares, em regime de não-contrato, realizando missões/operações de paz e humanitárias e de gestão civil de crises, e em

regime de peritos nacionais destacados ao serviço de diversos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o Serviço Europeu de Ação Externa, o Colégio Europeu de Segurança e Defesa, a Agência Europeia para a Formação Policial – CEPOL, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira – FRONTEX, a EUROPOL, a Força de Gendarmaria Europeia – EUROGENDFOR, entre outras, em que desempenham várias funções nos domínios da liderança, da assessoria, do aconselhamento, do *mentoring*, do *monitoring*, da formação e do treino; mas também

PELA LEI E PELA GREI

pela cooperação policial, como o projeto GARSI-Sahel e o EUPCST, a projeção de forças nacionais destacadas sob a constituição de *Formed Police Units*, *Integrated Police Units* e *Multinational Specialized Units*, no contexto de missões de paz e humanitárias e de gestão civil de crises e/ou de cooperação policial.

Assim, a GNR tem sido projetada para vários teatros de operações, desde a América do Sul, África, Europa e Ásia, e em diferentes fases de conflito e de gestão de crises. Estes teatros de operações são caracterizados pela diversidade cultural e religiosa, onde é necessário intervir e agir, respeitando as tradições e os costumes nacionais e as crenças individuais, sem excluir a necessidade de envolver e de responsabilizar todos os parceiros na prossecução de um objetivo comum. São teatros de operações com diferentes realidades educacionais e vivências sociais, que exigem a mediação e gestão qualitativa de conflitos, assente na criação de relações humanas, próximas e de confiança, que desafiam o olhar sobre os valores da vida e integridade humanas, e a importância do binómio segurança e desenvolvimento.

Além da presença em teatros de operações, a GNR, através de militares individualmente destacados, tem desempenhado funções ao serviço de relevantes e variados organismos internacionais, colaborando na prossecução da sua estratégia, missão e abordagens, em diferentes domínios. Estes organismos internacionais são também caracterizados pela multiculturalidade, que exige adaptação.

A experiência adquirida e as lições absorvidas reforçam e desenvolvem competências individuais e profissionais nos militares destacados, ao mesmo tempo que os torna modelos de exemplo de inspiração e de coragem para outros cidadãos do mundo. Por outro lado, consciencializa os militares da GNR sobre o papel social que desempenham na prevenção de situações criminais que afetam a ordem e tranquilidade

públicas mundiais, e violam a essência da Humanidade, e como elementos de *empowerment* de outros cidadãos, vítimas de todo o tipo de violência.

Na esfera institucional, destaca-se a melhoria da qualidade do serviço policial prestado ao cidadão, a valorização do compromisso assumido para, em conjunto e coletivamente, capacitar outros cidadãos do mundo a prevenir e a agir/intervir em situações que negligenciam os direitos fundamentais e humanos, a pobreza extrema, a desigualdade de oportunidades, a degradação ambiental, os princípios de *rule of law* que fragilizam a ação de outros Estados, bem como o reforço de relações institucionais com organismos internacionais.

Deste modo, a GNR reforça o seu papel no sistema internacional enquanto responsável pelas questões de segurança e como promotor da política externa portuguesa, que consolida a participação do Estado de Direito democrático português além-fronteiras.

A GNR tem 13 militares destacados em missões de paz e humanitárias e de gestão civil de crises, nomeadamente nas missões MINUSMA: 1 Oficial; EUAM Ucrânia – 3 Oficiais; EUCAP Somália – 1 Oficial; EUPOL COPPS Palestina – 1 Oficial; EUCAP SAHEL Mali – 3 Oficiais; EUAM República Centro-Africana – 1 Oficial; EUFOR ALTHEA – 2 Sargentos, e; EUMM Geórgia – 1 Sargento.

Como peritos nacionais destacados tem cinco militares, respetivamente na Agência Europeia para a Formação Policial (CEPOL) – 1 Oficial; Serviço Europeu de Ação Externa – 1 Oficial; Colégio Europeu de Segurança e Defesa – 1 Oficial; FRONTEX – 1 Oficial; EUROPOL – 2 Sargentos;

Tem na EUROGENDFOR – 5 Oficiais;

No projeto GARSI-Sahel tem projetado vários militares, estando também empenhada na prossecução do projeto EUPCST e ainda na componente de cooperação bilateral com Timor-Leste.

Os militares que estão destacados para o exercício de missões de paz e humanitárias e de gestão civil de crises têm de elaborar um relatório mensal, que cumpre orientações ministeriais estipuladas num documento designado Termos e Referência, com exceção de alguns casos particulares, em que os peritos nacionais destacados não têm de elaborar relatórios mensalmente.

Para além deste repositório de informação, o estudo científico sobre o empenhamento da GNR em missões internacionais e/ou ao serviço de organismos internacionais, tem sido realizado aquando da elaboração de vários trabalhos de investigação aplicada por militares que frequentam Institutos e Universidades Militares e/ou Cívicas, públicos e privados.

A diversidade de teatros de operações, em que a GNR tem estado presente, enriquece o *know-how* institucional com diferentes experiências de vida, casos reais e lições apreendidas que melhoram as perspetivas, as abordagens e a resolução de situações.

A diversidade é também um fator enriquecedor dos conteúdos programáticos dos diversos cursos que a

GNR ministra a diferentes níveis e domínios.

Nesta senda e por forma a melhorar o repositório de informação sobre a participação da GNR em missões internacionais, com o testemunho pessoal de cada militar ao serviço de diferentes organismos internacionais, os próximos artigos pretendem responder, grosso modo, à pergunta de análise geral: - 1. Qual tem sido o contributo no exercício de funções ao serviço de Organismos Internacionais e/ou em missões/operações internacionais? – secundada pelas perguntas:

2. Em qual missão/operação e/ou organismo internacional exerce funções?
3. Qual o mandato e objetivos da missão/operação e/ou organismo internacional?
4. Quais as funções que exerce?
5. Quais são os maiores desafios que enfrenta para concretizar a sua função?
6. Quais são os maiores desafios e/ou conquistas, pela sua presença em ambientes multiculturais?
7. Quais são as maiores dificuldades?
8. Que progressos têm sido alcançados?



EUCAP Sahel Mali - Bamako/ Mali

Pelo coronel de Inf.^o Armando Soares da Costa

Sahel Regional Action Coordination Adviser

Enquadramento

Depois de um processo de seleção relativamente rápido, em comparação com outros porque já havia passado, ingressei nos quadros da EUCAP Sahel Mali (*European Union Capacity Building Mission in Mali*), numa missão europeia no domínio da gestão de crises com Quartel General sediado em Bamako, capital da República do Mali.

Esta região de África Ocidental (que separa a África branca da África negra) enfrenta desde há muitos anos, uma série de desafios prementes, como pobreza extrema, crises alimentares e de subnutrição, mudanças climáticas, conflitos intercomunitários, altas taxas de crescimento populacional e como infelizmente vem acontecendo com particular acuidade, um significativo aumento de ataques levados a efeitos por diversos grupos terroristas de índole jihadista, apoiados nas redes e atividades relacionadas com a nebulosa do crime organizado, transfronteiriço, que aqui pulula. Para combater as ameaças atuais à segurança e restaurar a paz e a estabilidade na região, cinco países (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger), apoiados pela comunidade internacional, deram corpo a uma estrutura regional (G5 Sahel), visando a criação de uma série de iniciativas regionais e nacionais, para melhorar as suas capacidades, seja ao nível securitário, seja ao nível da *Governance* e do Desenvolvimento. No entanto, a situação do setor de segurança e defesa do Sahel (região significativamente mais ampla) mostra que, embora muitas dinâmicas socioculturais e económicas sejam compartilhadas por todos os países membros do G5 Sahel, cada Estado tem idiossin-

crasias muito próprias e registos culturais muito específicos, que precisam inapelavelmente de ser tidos em consideração na procura de opções que sirvam a todos. Nos textos iniciais relativos à criação desta supra-estrutura regional, sempre estiveram presentes o princípio da subsidiariedade e a primazia da soberania nacional, o que, integrando louváveis propósitos, muito contribui para as recorrentes clivagens, obstaculizando desígnios que pretendem aproveitar a toda região.

Desenvolvimento

A EUCAP Sahel Mali¹ (ESM) é uma missão europeia, civil e de gestão de crises, que foi preparada em 2014 e projetada para o Mali em 15 de janeiro de 2015 (Decisão do Conselho da União Europeia 2014/219/PESC), na sequência do pedido do Governo maliano para ajudar as Forças de Segurança Interior (FSI) a reafirmar a autoridade do Estado na extensão do seu imenso território, no desenvolvimento dos múltiplos conflitos que se seguiram à declaração de independência do norte do Mali, em 2012, proclamada pelos *Tuaregues do Mouvement National de Libération de l'Azawad* (MNLA), grupo aliado do *Ansar Dine* e do *Al-Qaida au Maghreb Islamique* (AQMI), que à época levaram a efeito inúmeros ataques sobre campos militares e / ou infraestruturas das Forças de Segurança Interna, particularmente na região de Gao, Tombouctou e Kidal, atos que puseram em causa a unidade e integridade do Mali e que o Acordo de Paz e Reconciliação (Alger, 2015) trouxe, intermitentemente, alguma paz!

A ESM é uma Missão *High Risk e Non-family*, o que cer-

¹ Sob a Direção do general francês Philippe Rio, conta com representação de 14 nações europeias e de mais três outros países, fruto de acordo bilateral, num total de 121 internacionais (oito portugueses em diferentes funções) e 51 locais, para um total de 172 elementos no momento.

ceia determinadas possibilidades e vincula o respeito por toda uma série de coercivas medidas de segurança de que se destaca a restrição de movimentos, horários de confinamento e contactos regulares com a sala de operações aquando de deslocamentos (num raio que não atinge os 30 quilómetros), aquando no gozo dos *non working days*. Provavelmente estas serão algumas das razões para que o quadro orgânico da missão nunca tenha estado completo, sempre com significativas faltas face ao *Compact* definido para a Missão. A breve prazo, irá ter lugar a primeira *Call of Contributions* deste ano, num total de 27 cargos, três dos quais relativos à *Cellule Conseil et Coordination Regionale*² (RACC - República Islâmica da Mauritânia). De acordo com o *EU Force Generations Hand Book*, o mandato das missões PSDC (*Politique de Sécurité et de Défense Commune*) é, regra geral, de 2 anos. O atual mandato da ESM terminará em 15 janeiro de 2021.

Em termos de estrutura operacional, a Missão desenvolve-se em três linhas de operações:

L01 – Conseil Strategique

Os conselheiros da ESM atuam junto dos seus interlocutores malianos, no sentido de melhorar a estratégia nacional de recursos humanos, modernizando as práticas de gestão e controlo dos serviços e fomentando o recrutamento de pessoal, de maneira a contribuir para que as Forças de Segurança Interna (FSI) possam dispor de um sistema de gestão de RH que servirá de base a todos os avanços: política de recrutamento e formação; plano diretor de formação; criação e implementação de bases de dados e atualmente visando a real implementação de estruturas de inspeção e auditoria transparentes e responsáveis, um ativo maior na prevenção e combate ao nepotismo,

às irregularidades, à impunidade e demais arbitrariedades que florescem na ausência de um sistema de gestão e controlo adequado e capazmente concebido. Além dos conselheiros RH atuando ao nível das hierarquias das Forças, existem outros atuando ao nível dos ministérios (nomeadamente da Segurança Interna e da Defesa) e outros que asseguram a coordenação interministérios (quer a nível nacional, quer com os ministérios dos países G5 Sahel como é o caso da minha função). A abordagem *Top-down* é cada vez mais o caminho a seguir, para que haja um verdadeiro *empowerment* que facilite a «estratégia de saída da missão» avessa a uma perenização geradora de dependências e adições altamente contraproducentes.

L02 – Formation

Esta linha de ação aborda temáticas e áreas profissionais que vão desde a gestão e comando operacional, ética profissional, direitos do homem e questões de género, informações, intervenção profissional, polícia judiciária, contraterrorismo, gestão de fronteiras, manutenção da ordem pública, logística, informática. A formação é essencialmente destinada aos quadros de nível superior e intermédio das Forças policiais (mesmo aquelas que operacionalmente respondem perante o Ministério da Defesa, no caso a *Gendarmerie* e a *Garde Nationale*). Atualmente e antecipando a nova abordagem a este domínio, começa a ser especialmente fomentada a formação de formadores, as ações de acompanhamento de formações dispensados pelos malianos ou ainda a formação de unidades constituídas os *predeployment training*, para que se possa levar a presença do Estado a locais onde são praticamente inexistentes quaisquer sinais de autoridade do governo nacional / símbolos ou estruturas estatais. A preparação de dossiês temáticos (Ma-

²Estrutura de Missão administrativa e financeiramente dependente da ESM; corporiza a 2.ª fase da Regionalização

nuais) faz também parte da forma como se pretende que seja feita a apropriação de competências, visando a mudança de paradigma neste domínio.

LO3 – *Coordination*

Particularmente, em razão da nebulosa de atores internacionais presentes no Mali, esta linha de operação, criada sob auspícios do atual mandato, visa (quantas vezes ingloriamente) mapear os diversos parceiros presentes no Mali, sejam eles ligados a Estados ou de organizações independentes / privadas, ou quaisquer outro tipo de estruturas *ad-hoc* (estas, particularmente difíceis de rastrear), identificando e valorizando diferentes capacidades, criando sinergias e mutualizando esforços e atividades. As relações com a **plêiade** de organizações que aqui operam sob o tema *Société Civil* estão sob a gestão desta unidade de coordenação.

Mandato e objetivos de missão / operação

O Mandato visa auxiliar e aconselhar, fornecer formação às três forças internas de segurança, bem como aos respetivos ministérios do Mali. Mas também tem, no âmbito da regionalização das missões da PCSD³ no Sahel, o poder de fornecer atividades específicas e direcionadas de aconselhamento estratégico e formação e treino aos países membros do G5 Sahel - principalmente a Mauritânia, Burkina- Faso e Chade - conforme previsto em seu plano operacional (OPlan),

revisto em 18 de dezembro de 2019.

O atual mandato reforçou a capacidade das FSI malianas na luta contra o terrorismo e o crime organizado, de onde resultou uma ligação reforçada ao setor da Justiça (que cai fora do âmbito do atual Mandato). Destacam-se ainda neste mandato:

- Apoiar o Mali na gestão dos fluxos migratórios e gestão de fronteiras;
- Apoiar a regionalização através da colocação de oficiais de ligação nos outros países do G5 Sahel (via RACC);
- Intensificar ações de aconselhamento e formação nas diversas regiões do Mali⁴;
- Alargar as ações de aconselhamento e formação aos países do G5 Sahel⁵;
- Apoiar as FSI quanto à gestão logística.

Cabe aqui referir que já começaram os trabalhos pré-preparatórios para a próxima revisão estratégica (meados de junho), um trabalho em que tive a honra de ter sido envolvido, nomeadamente no delinear das próximos eixos de ação em que a missão poderá acentuar, fruto dos avanços já alcançados, das lições aprendidas, da análise dos níveis de execução do *Mission Implementation Plan* e da Análise Operacional (processo a começar brevemente) e que será o verdadeiro suporte das futuras propostas de alteração do próximo mandato.

Importa referir, pela sua relevância, o apoio que a Missão disponibiliza a algumas das necessidades da FC G5S, com especial destaque para a operacionalização

³ A PCSD, é novo instrumento (instituído pelo tratado de Lisboa em 2007) que visa a definição da política de defesa comum da União (PESC). O seu principal objetivo é fornecer à União uma capacidade operacional, utilizando meios civis e militares capazes de serem destacados para fora da União, a fim de manter a paz, prevenir conflitos e fortalecer a segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A PCSD visa reforçar o papel da UE na gestão internacional de crises, de forma complementar e coordenada com a OTAN. O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança é responsável por propor e implementar decisões relativas à PCSD. Ele tem autoridade sobre as estruturas de relações externas da União, principalmente o Serviço Europeu para a Ação Externa. A PCSD visa compreender de forma abrangente as questões de segurança, a montante, durante e a jusante de situações de crise, combinando meios civis e militares de longo prazo, até o restabelecimento de um Estado de Direito.

⁴ Engloba as regiões de Tombouctou, Kidal, Gao, Mopti, Segou, Koulikoro, Sikasso, Bamako (cap.) e Kayes. Ver Anexo III.

⁵ O G5 Sahel é um grupo institucional para a coordenação da cooperação regional em políticas de desenvolvimento e questões de segurança na África Central. Foi formado em 16 de fevereiro de 2014 em Nouakchott, na Mauritânia, e engloba cinco países do Sahel: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. Ver anexo II.

Composante de Police (o dito mecanismo que sustenta a judicialização das operações militares em prol da segurança interna), ações que desenvolve em coordenação com as outras missões da PCSD na região e sob a supervisão da RACC.

Funções

Por este Cargo ter reconhecidamente muitas afinidades com as funções de adido de Segurança Interna existentes nas demais Delegações da UE, nos países G5 Sahel, logo, aquando da minha chegada, deu-se início a uma discussão quanto à primazia do lugar que eu deveria ocupar. Tal asserção visa não só a função em si, mesmo também o seu conceito físico, isto é, inserido na componente regionalização então existente (*Cellule de Coordination Regionale*) ou na Delegação da UE, em Bamako. O que viria a resultar desta exegese foi a minha colocação no gabinete do chefe das Operações e na sua direta dependência. Assim, a esta já transversal função, foi acrescentada uma outra que viria a ter especial relevância sobre as demais!

Assim, de forma sumária, as minhas atividades passaram desde então a dividirem-se em quatro áreas de intervenção:

Conselheiro para a coordenação da ação regional no Sahel:

Implementei e procurei manter boas relações com as outras instituições da UE presentes no Sahel, desde logo, a CCCR, mas também a EUTM, a EUCAP Sahel Níger e a EUBAM Líbia, a fim de poder acompanhar todas as iniciativas de cooperação regional. Neste contexto, representei regularmente a Missão em reuniões e videoconferências relacionadas com atividades regionais, técnicas ou estratégicas, na presença de muitos parceiros (PSDC, CCCR, EUTM, DUE, MINUS-MA, UNPOL, *Force Barkhane* e outros Operadores Internacionais). Estas, constituíram-se como excelen-

tes oportunidades de transmitir a noção de «judicialização das operações militares». Pude ler e analisar regularmente os inúmeros textos relacionados com a regionalização, assim como os programas de cooperação existentes no setor de segurança, *governance* e desenvolvimento, o que me permitiu a aquisição de conhecimentos importantes na formulação de recomendações no campo da segurança, em particular no que diz respeito à Parceria para a Estabilidade e Segurança no Sahel (P3S), quase sempre numa parceria virtuosa com o meu binómio (Conselheiro Interministerial), priorizando medidas para o setor de Segurança Interna no Mali. Um documento da maior relevância para a tomada de decisão por parte das entidades políticas no TO: as DUE, a quem incumbe velar pela proficiente aplicação dos Fundos Comunitários alocados a estes programas de apoio. Por fim, monitorei e mantive atualizados os dossiês relacionados às FSI do Mali, relacionados com a regionalização (WAPIS / Interpol; GAR-SI, contraterrorismo e crime organizado transnacional TO, Fronteiras, Migrações, ...) para integrá-los nas minhas análises e garantir a consistência das ações em curso no domínio da regionalização.

Ponto Focal da Missão na Célula de Coordenação de Assessoria Regional,

«Assumo» para o Mali, o papel de adido de Segurança Interna, cuja operacionalização é feita por:

Continuar o trabalho de mapeamento dos processos de tomada de decisão, para descrever a *governance* do G5S e identificar futuros desafios, em particular no que tange ao apoio à FC G5S, resultantes da análise e avaliação das lacunas e emergentes necessidades, tendo como referência o *Gaps & needs Analysis* (SEAE 596/2018), documento apresentado aos Estados-Membros em finais de 2018 (deu-se nesse momento início ao processo que desencadeou a fase 2 da regionalização;

PELA LEI E PELA GREI

Participar na operacionalização do mandato e das tarefas do CCCR, conforme definido no OPLAN da fase 2 da regionalização do Sahel e do reseptivo *Mission Implementation Plan*, revisto em setembro de 2019, num processo de discussão que envolveu de forma sincronizada todos os níveis de participação;

Manter com relativa uniformidade os fluxos de informação e prestar apoio a CCCR, em estreita coordenação com as missões da PCSD e as delegações da UE na região. Neste âmbito, sou, dentro da Missão, o responsável pela preparação do Relatório Semanal relativo ao Mali e no que concerne à atividade política, social, securitária numa ótica de preparar o próximo grande domínio de intervenção: a reforma do sistema de Segurança Interna (SSR);

Contribuir para a atualização do mapeamento de necessidades, a identificação de lacunas no setor da segurança e a identificação das melhores práticas e lições aprendidas;

Integrar e analisar todas as contribuições dos parceiros em relação à abordagem regional, bem como as diversas avaliações e legislação dos países do G5, para promover a operacionalização do FC G5 Sahel, garantindo complementaridade com o trabalho da *Plateforme Cooperation en Matière de Sécurité* (PCMC), uma estrutura criada na esfera das competências do G5 Sahel, mas com distintos níveis de realização, atenta a alegada concorrência com os serviços de *Intelligence* nacionais (!) o que compromete substancialmente a sua eficácia.

Ponto Focal para a *Force Conjointe du G5 Sahel* (FC G5S):

Neste contexto, a minha ação concentrou-se na operacionalização da *Composante de Police*, em especial no desenvolvimento da componente *prévoité*, uma força policial de cariz gendármico e que acompanha a ação militar no terreno, para que se possa proce-

der de imediato e dentro dos pressupostos legais à preservação da prova e se dê início aos primeiros atos de inquérito. Ainda nesta área, foi um empenhamento constante o apoio ao CONSPOL (o conselheiro de Polícia do comandante da FC G5S. Participei de várias sessões e exercícios finais (CPX), em prol dos diversos escalões de comando da FC G5 Sahel. Um especial destaque para a minha nomeação (representação da Missão) para um Seminário de alto nível, organizado pela Nações Unidas (UNODC), que teve lugar no Burkina Faso, num momento particularmente associado à espiral terrorista. Participei, também, na conceção, organização e animação de um (Seminário de Priorização das Necessidades da *Composante de Police* FC G5 Sahel;

Ainda neste contexto e em especial no âmbito do reforço das capacidades das Unidades Nacionais de Investigação da *Composante de Police* da FC-G5S, acompanhei regularmente todas as atividades do instrumento financeiro que contribui para a estabilidade e paz (IcSP). Por fim, participei na elaboração das fichas técnicas (no âmbito do previsto no *Mission Impementaion Plan*) relativas ao crime transfronteiriço do ponto de vista da regionalização, de acordo com os objetivos estratégicos estabelecidos pelos Estados-Membros da UE para as ações da PCSD no Sahel;

Formular recomendações, realizar análises e propor soluções no âmbito da Segurança Interna, levando em consideração os programas de cooperação existentes no setor de segurança,

Adjunto do chefe do Departamento de Operações:

Por decisão interna da EUCAP Sahel Mali, fui frequentemente nomeado chefe de Operações, em suplência, enquanto continuava o meu trabalho como conselheiro para regionalização. Neste contexto, era meu especial dever:

Garantir a condução eficiente das atividades opera-



cionais da Missão, em conformidade com o OPLAN e as diretrizes do chefe da Missão, garantindo a consistência operacional, em particular das deslocções AAR (*Action d'appui et Accompagnement en Region*). Estive pessoalmente envolvido numa destas ações na região e cidade de Gao (no norte do Mali), no âmbito do acompanhamento das atividades da *prevote*, diligenciando para o apoio da *Force Barkane* neste domínio, dado que a sua Ordem de batalha também contempla esta valência em apoio direto e às unidades de combate (de primeira linha);

Realizar, em parceria com o *Political Adviser* da missão, todas as demais tarefas relacionadas com a reforma do setor de segurança (SSR) para garantir a coesão e o valor acrescentado das atividades da missão, incluindo o apoio ao Plano de Segurança Integrada das Regiões do Centro (PSIRC), o crime organizado transfronteiriço, o acompanhamento das ações

de formação ao nível das missões PSDC no Sahel. Assegurar o acompanhamento dos principais dossiês, mas também zelar pela aplicação das diretrizes do chefe de Missão e a execução dos trabalhos por ele determinados;

Coadjuvar o chefe de Operações na coerência das atividades regionais realizadas pela missão, tendo presente o *battle rythm* da Missão;

Participação em painéis de seleção (*Call of Contribution*) para as funções *Operation Evaluator*, *Trainer management deontology*, *Professional intervention & Trainer Public Order*, *Trainer criminal Investigation/counter terrorism*, *Trainer policies adviser*. Um trabalho «invisível», mas de grande responsabilidade e que implica o conhecimento das regras de seleção, *screening*, regras e procedimentos de confidencialidade (*Declaration of Impartiality and Confidentiality*) de análise dos *curricula*, elaboração do questionário,



entrevistas, elaboração das matrizes e das grelhas de avaliação individual e redação dos relatórios finais!

Maiores desafios

O principal desafio, até ao momento, tem sido conciliar as diferentes atividades que decorrem de abordagens frequentemente distintas e que implicam *mindsets* diferentes e que obrigam a constantes «construções e desconstruções mentais», alternando o raciocínio operacional com visão estratégica, com abordagens eminentemente técnicas. Um exercício mental que, embora desgastante, não pode deixar de ser feito em prol dos melhores e mais avisados entendimentos!

A profusão de literatura, quer da CPCC, quer dos países G5 Sahel, quer de outras organizações internacionais, dificulta enormemente a criação de denominadores comuns atento o respeito pela soberania dos diversos Estados. Como exemplo maior tenho a citar o texto (unanimemente validado pelos diferentes

participantes, relativo às conclusões dos trabalhos de um seminário que foi o epílogo de diversas reuniões colegiais nos países G5 Sahel e que até hoje se encontra em sede aprovação pelas diversas autoridades nacionais que se haviam concertado para como agir nestes casos. Nem o calvário de correio trocado com as diversas presidências rotativas, nem com outras instâncias do G5 Sahel, lograram integrar este texto no acervo jurídico nacional, o que causa significativa perda de capacidades, um dos propósitos que esteve subjacente à criação do G5 Sahel.

Conquistas

Conforme atrás sumariamente discorri, penso que, sem pretensas vaidades, posso facilmente afirmar (e provavelmente serei secundado por boa parte dos meus camaradas com idênticas experiências em TO estrangeiros) que no contexto da «multiculturaneida-

de» somos verdadeiros campeões pela forma resiliente e genuína como nos inserimos e somos aceites, nos mais variados ambientes. Frequentemente, mesmo sem especiais conhecimentos do socialmente correto dos usos e costumes locais, temos uma particular e inata predisposição para o respeito pelo *Cultural Awareness*, o que nos facilita a inserção no meio e um rápido ganho da confiança, o que facilita sobremaneira o nosso trabalho e o torna apelativo.

A multiplicidade de atores habitualmente presentes nestes contextos, tem no Mali uma significativa expressão. Tal nebulosa de atores, alegados parceiros, dificulta enormemente o avanço de determinados projetos / programas, dado que, frequentemente falam mais alto os interesses, nem sempre totalmente transparentes de determinados *stakeholders* que se intitulam de *Baiheurs de fonds*, o que «tolda muitos raciocínios», particularmente em contextos onde a impunidade se veste de diferentes cores! Assim, o desafio maior é o de, preservando os valores morais e princípios que nos norteiam, conseguir jogar este jogo e dele sair vitorioso, em prol de causas nobres e sempre no respeito pelas normas e cultura local.

Maiores dificuldades

A ausência de um modelo de gestão, comumente partilhado, devidamente explicado e que nos transmita uma visão única, mesmo que no desempenho de papéis diversos e / ou diferentes funções. Mesmo tratando-se de uma «organização sem fins lucrativos», entendo que a gestão de tais estruturas terá de ser conduzida sob critérios de eficiência e eficácia, sem os quais o processo de tomada de decisão tem tendência a ser fruto de *inputs* pessoais ou capacidades individuais, geralmente associadas aos lugares de chefia. É minha convicção que, com um modelo, por mais elementar que possa ser, a elaboração e gestão de projetos e a condução de determinadas

atividades em cadeia seria imensamente mais criteriosa. Entre muitas outras considerações, atrevo-me somente a referir que veria como uma substantiva mais-valia a utilização de ferramentas de gestão, como a recorrente análise *swot* que, no mínimo, evitaria o empirismo na decisão. Ainda que as consabidas *Fiche MIP* criem uma espécie de *road book* das nossas atividades, entendo não serem instrumentos suficientes para este propósito, até porque são habitualmente produzidas numa ótica individual e validadas sob idêntica perspetiva!

Progressos alcançados

De forma tão sintética quanto possível, aqui fica, pois, uma sinóptica remissão que visa dar resposta:

A confiança que me foi concedida desde a minha chegada à missão, seja no desempenho das minhas formais funções, seja por aquelas que me foram sendo atribuídas em regime de *Adjoint Ops*, muito tem contribuído para conservar a minha resiliência e determinação em bem cumprir, quer em prol da Missão propriamente dita, quer pela dinâmica da regionalização, podendo asseverar que a minha experiência e conhecimentos poderão ser uma mais-valia para continuar a ação iniciada há já algum tempo, no que toca à operacionalização da *Composante de Police* da FC-G5S, uma circunstância entre muitas, mas que reputo de decisiva para a desejável evolução e perenidade da FC G5S e o papel que tem na luta contra o terrorismo e o combate ao crime organizado transfronteiriço.

Quer como no ponto focal da RACC, quer no desempenho das funções de adido de segurança interna, continuei o trabalho de mapeamento dos processos de tomada de decisão e elaborei um documento dinâmico (*Fiche pays*, algo parecido com um Estudo Situação de Informações / Estudo do potencial estratégico de um país) que funcionou como uma monografia do Mali, nela tendo abordado todos os aspetos da ques-

PELA LEI E PELA GREI

tão securitária e que serviu de base a outros tantos estudos. No âmbito das operações, desenvolvi conceitos vários, alguns dos quais, de forma dinâmica, deram azo a metodologias que hoje fazem parte do *daily routine* da Missão (*accompaniment*; co-localização de oficiais, «estratégias de saída»; emergência de novos eixos de ação; mais-valia das PCMS).

Considerações finais

Nesta altura dos meus comentários, apenas a referir que não me sinto mandatado para tirar conclusões, mas apenas tecer umas breves considerações finais: A primeira, para afirmar como me sinto honrado por ter logrado fazer parte desta estrutura que, não obstante algumas imperfeições, me possibilitou desempenhos únicos e vivências impossíveis de esquecer, seja pela responsabilidade da prestação, seja pela forma digna como tais situações se passaram.

A segunda, para reiterar uma convicção que partilho com outros camaradas e que visa atestar que Por-

tugal e a Guarda em especial, possuem um lote de militares que, colocados perante situações ímpares e cenários imprevisos, se têm mostrado estar à altura dos melhores e a quem tem sido reconhecida elevada prestação, o que manifestamente muito diz da qualidade da Guarda.

Dito isto, ataco de seguida o meu terceiro ponto para (re)lançar um repto ao Comando da Guarda para que, aproveitando as atuais estruturas (revisitando-as) com recurso à sua mão-de-obra manifestamente reconhecida, possa, aproveitando este momento (e gerações nele envolvidas), ter a criatividade e empreendedorismo necessários para criar um viveiro de *experts* (desde já em domínios onde temos provas dadas) e começar a preparar a antecâmara de um «Centro de Excelência», potenciando, desde logo, uma das nossas maiores e intrínsecas características: a nossa inteligência emocional, aquilo que negligentemente sempre achamos que era mero improvisado!

Referências Bibliográficas

a. Livros

GAYRAUD, Jean François, *Théorie des Hybrides, terrorisme et crime organisé*. CNRS Editions, Librairie Arthème Fayard, 2015.

MICHAÏLOF, Serge, *Africanistan, L'Afrique en crise va-t-elle se retrouver dans nos banlieues*, L'Harmattan, Paris, 2016.

TAMBOURA, Abdoulaye, *Le conflit touareg et ses enjeux géopolitiques au Mali, géopolitique d'une rébellion armée*, Etudes africaines, L'Harmattan.

Portugal e as Operações de Paz, uma visão multidimensional. Fundação Mário Soares, Editora Prefácio Edições Livros e Revistas, 2010.

BAYART, Jean François, *L'Etat de distorsion en Afrique de l'ouest, des empires à la nation*, Editions Karthala, Paris 2019.

GRAÇA, Pedro (2011) Estudos de Intelligence, Lisboa : ISCSP.

PEREIRA, Alexandre, Como escrever uma tese, Monografia ou livro científico, Edições Silabo 4.ª edição, Lisboa, 2008.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. Metodologia do Trabalho Acadêmico. Indaial: Ed. ASSELVI, 2008.

b. Publicações

GFN-SSR (2003) '*Security Sector Reform Policy Brief*'. GCPP, London.

Nação e Defesa N.º 135, A Paz Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2013.

c. Web sources :

https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eucap-sahel-mali/3900/node/3900_me [31.01.2020].

<https://www.g5sahel.org/> [31.01.2020].

Missão: EUCAP Sahel Mali

Pelo coronel de Inf.º João Faria

Conselheiro estratégico da EUCAP Sahel Mali



O meu contributo pessoal para a participação da GNR em ações e missões, em prol da paz no mundo, começou em março de 2006, em Moçambique, como chefe de uma equipa de formadores, na área do trânsito. Tratou-se de uma participação, numa intervenção enquadrada pela Cooperação Portuguesa, coordenada pelo MAI. Durante cerca de 9 meses, tive a oportunidade de trabalhar, pela primeira vez, no apoio ao desenvolvimento de uma força de segurança de um país recentemente saído de uma crise de natureza humanitária. A nossa missão específica consistiu em ministrar formação específica de trânsito a Guardas e a Oficiais da Polícia da República de Moçambique (PRM), bem como prestar aconselhamento técnico ao Estado-Maior da Unidade de Trânsito. Em 2011, fui designado pelo Comando da Guarda

para uma comissão de serviço na Força de Gendarmaria Europeia (EUROGENDFOR). Colocado no quartel-general em Vicenza, Itália, entre agosto de 2011 e setembro de 2013, desempenhei funções como chefe do Departamento de Planeamento.

A EUROGENDFOR é uma organização multinacional, de intervenção operacional, pré-organizada, robusta e de rápida projeção, compreendendo exclusivamente elementos de várias forças policiais europeias (Portugal, Espanha, França, Holanda, Roménia e Polónia), com estatuto militar (Gendarmarias), criada com a finalidade de desempenhar todo o espectro de funções policiais, no âmbito das operações de gestão de crises.

Dedicada prioritariamente a servir a União Europeia, no âmbito da política de segurança, esta força pode

PELA LEI E PELA GREI

ser colocada sob autoridade civil ou comando militar, à disposição da UE, Nações Unidas, OSCE e OTAN.

No desempenho das minhas funções, fui responsável pela coordenação técnica e apoio ao processo de planeamento necessário à conduta das operações da EUROGENDFOR, com organizações internacionais relevantes, e pelo desenvolvimento da Doutrina, Política e diretrizes dentro da EUROGENDFOR.

Desde 14 de maio de 2018, tenho vindo a desempenhar funções como conselheiro estratégico da missão EUCAP Sahel Mali (*European Union Capacity Building Mission*) para a Gendarmaria Nacional do Mali (GRN). A EUCAP Sahel Mali é uma missão civil da União Europeia, com sede em Bamako, capital do Mali. Foi lançada em 15 de janeiro de 2015, após um convite oficial do governo do Mali para obter apoio às forças de segurança interna e reafirmar a autoridade do Estado sobre todo o país, após a denominada «Crise do Mali do Norte», que deixou grande parte do país sob controlo de várias fações.

Esta crise veio igualmente destacar a necessidade de

melhorar as práticas de governação e as capacidades institucionais, por forma a permitir que o povo do Mali exerça os seus direitos em plenitude, incluindo o direito à segurança e à justiça.

A missão EUCAP Sahel Mali fornece especialistas em aconselhamento estratégico e formação/treino à Polícia do Mali, Gendarmaria e Guarda Nacional, e aos ministérios relevantes, a fim de apoiar a reforma no setor da segurança. A EUCAP Sahel-Mali apoia o desejo do Estado do Mali de modernizar as suas forças de segurança e permitir que respondam de maneira mais eficaz à necessidade de proteção de toda a população do Mali, em todo o país.

Restabelecer a segurança e a paz duradoura no Mali é de importância crucial para a África e para a Europa. A intervenção da EUCAP Sahel Mali é um elemento importante da abordagem regional adotada na estratégia da União Europeia para a segurança e o desenvolvimento no Sahel.

Em 15 de abril de 2014, o Conselho da União Europeia aprovou o mandato da EUCAP Sahel Mali (Deci-



são 2014/219 / PESC do Conselho). Em apoio aos esforços ativos do Mali, para restaurar a autoridade do Estado e em estreita coordenação com outros parceiros internacionais, particularmente a Delegação da União Europeia e a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), a EUCAP Sahel Mali desempenha um papel crucial na assistência e aconselhamento às forças de segurança interna na implementação da reforma de segurança estabelecida pelo novo governo do Mali, com vista a: Melhorar a eficiência operacional; Restabelecer as respetivas cadeias hierárquicas; Reforçar o papel das autoridades judiciais e administrativas no que diz respeito à gestão e supervisão das suas missões; e Facilitar a recuperação da presença do Estado na região norte do país.

Depois de uma revisão estratégica da missão em 2016 - após os primeiros 18 meses no Mali - foram feitas duas recomendações principais: A primeira, prorrogar o mandato por 24 meses, mantendo os três pilares - consultoria estratégica, formação/treino e cooperação e coordenação; A segunda recomendação reforça o mandato no sentido de: Ampliar a capacidade das forças de segurança interna na luta contra o terrorismo e o crime organizado; Apoiar o Mali na gestão dos fluxos migratórios e na gestão do controlo das fronteiras; disponibilizar formação e treinos para as forças de segurança interna de outros países do G5 Sahel, se convidados pelo Mali; Apoiar a regionalização, inserindo oficiais de ligação em outros países do G5 Sahel; Disponibilizar progressivamente aconselhamento e formação às regiões do Mali.

Estas recomendações foram incorporadas no mandato renovado, adotado em 11 de janeiro de 2017, no Conselho da União Europeia. O mandato renovado inclui uma referência ao «Acordo de Paz e Reconciliação» e instruções para contribuir para a interoperabilidade e coordenação das forças de segurança inter-

na dos países do G5 Sahel e das forças de segurança interna do Mali.

O conselho estratégico da missão, integrado no departamento de operações, para o qual trabalho como conselheiro para a Gendarmaria Nacional do Mali, aconselha as forças de segurança interna do Mali e os departamentos relevantes a implementar a reforma do setor de segurança no Mali. Os consultores da EUCAP ajudam os seus colegas das forças de segurança interna do Mali a melhorar a sua estratégia nacional de recursos humanos, a modernizar as práticas de gestão e controle dos seus serviços e a efetuar um recrutamento eficaz e imparcial de novos funcionários para a Polícia, Gendarmaria e Guarda Nacional.

Neste âmbito, trabalha-se atualmente no desenvolvimento e implementação de bases de dados de recursos humanos; na política de emprego e gestão de dados de pessoal; na política de recrutamento de pessoal; em métodos de gestão operacional, para ajudar a restaurar a cadeia hierárquica; na criação de unidades de auditoria e inspeção, e na inspeção-geral das forças. A missão trabalha também no apoio ao estabelecimento de um Plano Diretor de formação e treino, na revisão da formação inicial (estruturas e conteúdos) e no relançamento do treino contínuo.

Anualmente, a missão assina com as FSI um Plano de Ação Conjunto, o qual estabelece as prioridades estratégicas do partenariado, as medidas de aconselhamento em matéria de conselho estratégico, os eixos e ações em matéria de formação, de acordo com a estratégia nacional de formação, a identificação e orçamentação dos projetos a desenvolver com o apoio da missão, medidas de acompanhamento e avaliação, bem como as linhas de comunicação e informação pública.

No dia-a-dia são inúmeras e diversificadas as tarefas inerentes à função que exerço. A título exemplificativo, enumero algumas delas:

PELA LEI E PELA GREI

- Reuniões de trabalho numa base diária/regular com o diretor-geral da Gendarmaria, com o seu chefe de Gabinete e os diferentes chefes de Serviço da Gendarmaria, tendo em vista o desenvolvimento/acompanhamento/coordenação das atividades e projetos em curso, troca de informações, aconselhamento em diferentes domínios, apoio aos processos de trabalho, acompanhamento da situação securitária, etc.

- Participação e/ou chefia de missões de curta duração (por norma uma semana), em diferentes regiões do Mali, para formação e aconselhamento no âmbito das FSI e outras autoridades locais.

- Participação em diferentes tipos de cerimónias militares, seminários, conferências e outros eventos que se realizam regularmente na Direção-Geral da GRM, nas Escolas de Gendarmaria de Faladié, e em outros organismos nacionais e internacionais.

- Elaboração de diferentes tipos de documentos de planeamento, informação, *reporting*, seguimento, auditoria, etc.

- Identificação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos financiados pela missão.

- Participação na preparação de procedimentos aquisitivos e lançamento de concursos públicos, nomeadamente na qualidade de júri. Receção e transferência de materiais, equipamentos e instalações financiadas pela missão.

Participação em reuniões de trabalho com diferentes parceiros internacionais presentes no teatro de operações, para coordenação de atividades e partilha de informações.

Quando se inicia pela primeira vez uma missão deste tipo, são inúmeros os desafios e dificuldades: Desde logo, o afastamento da família e da rede de amigos e colegas de trabalho; o contexto muito particular de trabalho num ambiente internacional, com colegas de trabalho de inúmeras nacionalidades; a estrutura da missão e os processos e métodos de trabalho; o am-

biente exterior: a insegurança e o perigo inerente à criminalidade e à ameaça terrorista; o clima severo; o tráfego intenso e a poluição; as estruturas deficitárias; as condições de trabalho; as deficientes condições sanitárias e o perigo de contração de doenças; as dificuldades inerentes ao trabalho junto das autoridades locais.

Este contexto muito peculiar das missões internacionais exige uma grande capacidade de resiliência e adaptação, e um processo de aprendizagem de alguma forma difícil e longo. Ao mesmo tempo, considero esta experiência de uma grande riqueza em vários aspetos, nomeadamente cultural e social, pelo aprofundamento do conhecimento e do contacto com diferentes culturas, nacionalidades, raças e etnias. Profissionalmente, pela enorme aprendizagem proporcionada pelos multifacetados contextos em que estou inserido, no âmbito do desempenho das minhas funções como conselheiro estratégico.

Nos últimos 5 anos, o mandato da missão para a qual tenho o privilégio de trabalhar, foi progressivamente ampliado: inicialmente centrado na melhoria da gestão de recursos humanos, estendeu-se em 2017 a questões mais operacionais (luta contra o terrorismo e o crime organizado e gestão de fronteiras) e em 2019, no auxílio ao melhoramento de outro domínio fundamental: a gestão logística.

Seja qual for o campo de ação, a filosofia da missão permanece a mesma: com um mandato não-executivo, a EUCAP apoia diariamente os seus parceiros malianos, de acordo com os objetivos que eles mesmos determinaram, para fortalecer as suas estruturas, as suas capacidades e a sua eficácia, e facilitar a sua implementação nas regiões central e, gradualmente, no norte do país.

O compromisso e apoio às forças de segurança interna são especialmente direcionados para ao centro do país. Assim, em 2019, a EUCAP esteve pre-

sente por mais de uma semana, em Mopti ou Ségou, para conduzir ações de aconselhamento, formação e apoio. Nesta dinâmica, um primeiro quartelamento de segurança foi inaugurado em 16 de setembro, em Konna: financiado pela União Europeia (UE), projetado e construído sob a supervisão da EUCAP, veio permitir que os Guardas de Konna dediquem o essencial da sua capacidade à garantia da segurança das populações e das suas atividades económicas locais. Em 2019, quase 3600 *gendarmes*, polícias e guardas beneficiaram de formação individual ou coletiva, ministrada ou apoiada pela EUCAP, nos seguintes e principais domínios: policiamento de proximidade, *intelligence*, direção de investigação judiciária, gestão de cenas de crime, técnicas de seguimento, missões de polícia judiciária militar, gestão logística, intervenção profissional, comando operacional e muitos outros domínios.

Pode dizer-se que a EUCAP desenvolve uma sólida cooperação com os seus parceiros do Mali em todos os planos, bem como, para uma maior eficiência, são frequentes as ações conjuntas com a EUTM (*European Union Training Mission*), a missão militar da União Europeia, assim como com a componente policial da MINUSMA. Igualmente tem vindo a ser fortalecida a cooperação com várias organizações, agências, operadores, organizações não-governamentais e atores bilaterais.

Este imenso trabalho e conquistas são fruto do trabalho de 172 membros da Missão, europeus, mas também canadianenses (existem dois) e malianos em número de 50 destes.

Finalizo dizendo que é com imenso orgulho que ostento a bandeira do meu país e a insígnias da minha Guarda Nacional Republicana, ao serviço da segurança das populações e do Estado de Direito no Mali.



Missão EUCAP Sahel Mali / Bamako/ Mali

Pelo coronel de Inf.^a José Carlos Gonçalves

Adviser to the Ministry of Defense



Introdução

O tema proposto remete para a paz vista na perspectiva de construção e que segundo Brandão (1995) é «*uma criação do exercício generoso do diálogo entre as pessoas que não pode ser outorgado. Um dever de direitos que nos cabe, por quem somos individual e coletivamente responsáveis, seres da sociedade, dos povos e nações da Terra*» (p. 48) ou seja depende da ação de cada um e de todos nós. Essa construção deve assentar numa filosofia de «*culturas de paz*» definidas pela ONU (1999), como «*um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida*» que rejeitem a violência e a impeçam, abordando as suas causas para resolver os problemas através do

diálogo e da negociação (Resolução 53/243).

Quivy e Campenhoudt (2008), sobre a pergunta de partida, dizem ser «*o fio condutor que deve ser tão claro quanto possível*» (p. 32). Por sua vez, Bell (1997), explica que é a partir da questão de partida que acontece «*o esforço de elaborar conhecimento sobre aspetos da realidade na busca de soluções para os problemas expostos com vista a enriquecer os conhecimentos já existentes*» (p. 66).

Situados relativamente ao tema, percorremos e avançamos nas diferentes perguntas enquadradoras na perspectiva de traduzirmos em objetivo final o resultado do nosso trabalho, exercido em missão de serviço exterior no continente africano. Trabalhamos em Bamako/Mali, na Missão Europeia de Gestão Civil de Crises, EUCAP Sahel Mali.

Corpus

1. A Missão EUCAP Sahel Mali (ESM)¹

Foi lançada em 15 de janeiro de 2015 (decisão do Conselho da União Europeia 2014/219/PESC), na sequência do pedido do Governo maliano para ajudar as Forças de Segurança Interior (FSI) a reafirmar a autoridade do Estado na extensão do seu imenso território.

Esta necessidade colocou-se após a «*crise do norte do Mali*»² de 2012, que deixou uma grande parte do país na zona mais a Norte sobre controlo de diversas

¹ Sob a Direção do general francês Philippe Rio, conta com representação de 14 nações europeias e de mais 3 outros países, fruto de acordo bilateral, num total de 121 internacionais (8 portugueses em diferentes funções) e 51 locais, para um total de 172 elementos no momento.

² Os rebeldes tuaregues tomaram o controlo e declararam a independência do norte do Mali. O Movimento Nacional para Libertação da Azawad (MNLA) anunciou a declaração de independência do território, reivindicando o seu reconhecimento por governos de outras nações africanas. Isto com o apoio de outro grupo rebelde, o Anser Dine de Iyad Ag Ghali. O avanço dos rebeldes tuaregues ocorreu depois de dissidentes do Exército, a partir de KATI, sob o comando do capitão Amadou Haya SANOGO, terem derrubado em 21 de março de 2012, o governo do país, quando era presidente Amadou Toumani Touré (ATT).

fações aqui e além rivais entre si (nomeadamente na disputa do controlo de rotas de tráficos). A ESM fornece *expertise* em conselho estratégico e em formação à Gendarmaria³, à Guarda Nacional⁴ e à Polícia Nacional⁵, e aos Ministérios da Defesa e Antigos Combatentes (MDAC); da Segurança e Proteção Civil (MSPC), da Justiça (MJ) e ainda, da Administração Territorial do Mali (MAT), no intuito de promover a reforma do setor da segurança (RSS⁶). A missão acaba por sustentar o desejo do governo do Mali de modernizar as suas Forças de Segurança (FS) para o que contribui igualmente a elaboração de projetos específicos de apoio, o que, no conjunto, permite responder com mais eficácia à necessidade de proteção da população maliana em todo o país. Na parte operacional organiza-se em três áreas principais: Conselho estratégico, Formação e Coordenação. Na linha de ação «Conselho», os conselheiros da ESM atuam junto dos seus homólogos malianos, no sentido de melhorar a estratégia nacional de recursos humanos, modernizando as práticas de gestão e controlo dos serviços e fomentando o recrutamento de pessoal, de maneira a contribuir para que as FSI possam dispor de:

- Um sistema de gestão de RH;
- Uma política de recrutamento e formação e um plano diretor de formação;
- Unidades de inspeção e auditoria transparentes e responsáveis.

A «Formação» incide nos assuntos mais diversos que passam pela gestão e comando operacional, ética profissional, direitos do homem e questões de género, in-

formações, intervenção profissional, polícia judiciária, contraterrorismo, fronteiras, ordem pública, logística, informática. Os cursos são destinados essencialmente aos quadros de nível superior e intermédio. Cada um dos formandos recebe uma formação individual de 4 semanas (cerca de 100 horas).

Quanto à «Coordenação» e a fim de valorizar as sinergias e as complementaridades com os parceiros, a ESM funciona em colaboração estreita com os demais atores internacionais presentes no Mali, bem como com a Sociedade Civil, estabelecendo as pontes de diálogo necessárias.

2. O mandato da missão ESM

De modo a sustentar os esforços ativos do governo maliano, para restabelecer a autoridade do Estado na totalidade do território, mantém estreita colaboração com outros parceiros internacionais, em particular com a Delegação da União Europeia (DeIUE)⁷, a Missão Multidisciplinar Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA)⁸ e ainda a Missão Europeia de Treino Militar da UE no Mali (EUTM)⁹. A ESM, apoiada na sua missão específica, tem em vista que as FSI malianas possam melhorar a sua capacidade operacional e restabelecer as respetivas cadeias de comando; Que as autoridades administrativas e judiciais reforcem o seu papel na gestão e controlo próprios; E a concretização da reocupação do norte do país (regiões de TOMBOUCTOU, KIDAL e GAO). As revisões estratégicas do mandato da ESM, que se iniciaram após os primeiros 18 meses de trabalho no

³ Formada por cerca de 5.500 *Gendarmes*.

⁴ Formada por cerca de 8.100 Guardas nacionais.

⁵ Formada por cerca de 7.500 Polícias nacionais.

⁶ Segundo o *Department for International Development* (2003) e na sua forma mais simples, aborda políticas, legislação e questões estruturais e de supervisão, relacionadas com segurança, e todas enquadradas por normas e princípios democráticos reconhecidos (p.02).

⁷ No momento atual sob a Direção do diplomata e embaixador francês Bart Ouvry e tendo como chefe da secção política o português Salvador Pinto da França.

⁸ Com cerca de 14.890 pessoas no terreno (entre militares, polícias e civis) encontra-se no momento sob o comando do general de corpo de Exército, Dennis Gyllensporre (inclui 12 portugueses).

⁹ Composta por cerca de 680 militares (12 portugueses), presentemente está sob o comando do português, brigadeiro-general João Boga Ribeiro.

PELA LEI E PELA GREI

Mali, trouxeram mais capacidade ao mandato, para nomeadamente:

- Reforçar a capacidade das FSI malianas na luta contra o terrorismo e o crime organizado: ligação reforçada ao setor da Justiça;
- Apoiar o Mali na gestão dos fluxos migratórios e gestão de fronteiras;
- Alargar as ações de conselho e formação aos países do G5 Sahel¹⁰;
- Apoiar a regionalização através da colocação de oficiais de ligação nos outros países do G5 Sahel;
- Intensificar ações de conselho/formação nas diversas regiões do Mali¹¹;
- Apoiar as FSI quanto à gestão logística.

3. Funções exercidas

O que faz um conselheiro estratégico num Ministério de um governo de um país em África?

Sumariamente cumpre as indicações recebidas da estrutura de Direção da ESM, através da linha de chefia hierárquica definida e, naturalmente, fruto da visão própria, disponibiliza a sua capacidade, empenhamento, esclarecimento, critério, razoabilidade e esforço diários, para que os objetivos da missão, em ligação permanente com os contactos desenvolvidos, possam ser atingidos. Aconselhando, dando ideias, apoiando, organizando, estando presente nas reuniões de alto nível, com participação efetiva nas mesmas e desenvolvendo projetos potenciadores da melhoria de condições existentes. Sumariamente: sendo pró-ativo na função.

4. Desafios.

Importa desde logo dizer que, integrar uma missão

européia de gestão de crises, é um desafio permanente. O desafio começa na seleção para o lugar e logo à chegada, colocam-se particulares desafios que passam pela integração em nova realidade, com regras específicas e de grande exigência, e a ter de lidar com culturas diferentes, religiões diferentes, hábitos diferentes, gentes diferentes...e sem nunca poder descuidar o gerir a segurança, com atenção a todos os pormenores no movimento de ação diária ...e tudo isto, sem esquecer os problemas de família, que está longe e constantemente preocupada...e que precisam igualmente de ser resolvidos.

A função é, em si mesma, desafiadora. Se existe já um antes, fica um tanto facilitada a ação. Não existindo, é o desafio de abrir portas, contra toda a espécie de contrariedades e desconfianças (nomeadamente por o país estar em guerra e não haver muita paciência para os *tubabu*¹²). E nós tivemos de percorrer esse caminho de abrir portas e ganhar a confiança que permite um posicionamento ao mais alto nível do contacto no Ministério.

Um país em guerra (mais ainda no Ministério da Defesa) tem naturalmente *SECRETS DEFENSE*. Fazer o trabalho implica conhecer alguns desses segredos. Conjugando o dizer do cardeal de Mazarin (1977) quando afirmava que *«é bom que estejas informado a respeito de toda a gente, que não confies os teus segredos a ninguém, mas ponhas toda a tua perseverança na descoberta dos segredos dos outros»* (p. 17), com a afirmação de Canetti (2007) de que *«o segredo está no núcleo mais íntimo do poder»* (p. 342), imagina-se o quadro de dificuldade existente, sendo que algumas vezes o esforço e a dedicação não são suficientes para ancorar. Mas faz parte do desafio. E

¹⁰ O G5 Sahel é um grupo institucional para a coordenação da cooperação regional em políticas de desenvolvimento e questões de segurança na África Central. Foi formado em 16 de fevereiro de 2014, em Nouakchott, na Mauritânia, e engloba cinco países do Sahel: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger.

¹¹ Engloba as regiões de Tombouctou, Kidal, Gao, Mopti, Segou, Koulikoro, Sikasso, Bamako (cap.) e Kayes.

¹² Homem branco na língua bambara.

é efetivamente um grande desafio esse.

Outro não menos presente é a necessidade da missão ESM obter informação ao minuto (e pormenorizada), de modo a poder por um lado, «organizar-se» e por outro, reportar a Bruxelas (EU/CPCC)¹³ na dependência existente. Ora, o gerir de situações de guerra (da parte maliana) não está na mesma linha de tais necessidades de informação (da missão).

5. Multiculturalidade

Sobre a multiculturalidade (representação da diversidade) ver McLaren (1977). No dizer de Touraine (1988) «nas sociedades atuais tem de ser aceite a ideia de sociedade multicultural» (p. 242). A Unesco (2002), relativamente à Declaração sobre a Diversidade Cultural (sociedade que abrange os sistemas de valores com base nos direitos humanos) salienta «o desenvolvimento da diversidade cultural, num quadro de democracia, de tolerância, de justiça social e de respeito mútuo entre os povos e as culturas, de modo a tornar-se indispensável à paz e à segurança a nível local, nacional e mesmo internacional». Nesse quadro, o desafio de conseguir ser aceite num meio que nos é estranho, é permanente e implica particular capacidade de adaptação. Ser cristão e ser branco, e ser aceite por muçulmanos, negros ou magrebinos (que levam ao extremo, sem falar de radicalismos, mas apenas no sentido da devoção religiosa praticante); ser convidado de casa e seguir os hábitos e costumes tradicionais em interação de respeito e aprendizagem; aceitar o vício da limpeza levado ao exagero de bom grado e sem ficar vexado quando em nossa casa as visitas lavam a loiça lavada e impecavelmente limpa; aprender a alimentar uma *tubani*¹⁴ porque fomenta



a harmonia e promove as boas relações no trabalho; comer o *riz a la sauce* ou o *moni*¹⁵ à mão, sentado no chão da rua; ou o dar de comer a quem tem fome nas ruas; ou ainda o promover a ligação através de apoios sociais a associações, hospital ou escola, trazendo de Portugal toda uma sorte de matérias ali angariados para o efeito: roupas, calçado, cadernos, canetas, lápis, brinquedos, medicamentos, ou comprando localmente livros ou bolas, em contributos de solidariedade a distribuir a quem sofre, são desafios diários que alimentam a alma e dão paz, trazem alegria e ajudam a fortalecer os laços que unem na diversidade.

6. Dificuldades sentidas

Na função, sem qualquer dúvida, a falta de tempo. Começar cedo e sair sempre muito tarde (e depois disso acontecer, saber que a todo o tempo vai ser recebida uma chamada que leva a voltar a ligar as baterias para acorrer à necessidade colocada, noite

¹³ *The Civilian Planning and Conduct Capability*

¹⁴ Rola (*streptopelia*) africana.

¹⁵ Base da alimentação maliana durante o período do Ramadão (jejum muçulmano este ano respeitado entre 23 de abril e 23 de maio, segundo o calendário lunar), tomada a partir de cerca das 19 horas como sum tiké ou corte diário do jejum e que consiste em beber uma espécie de sopa à base de arroz e milho.

PELA LEI E PELA GREI

dentro, fim de semana ou feriado incluídos) são o habitual. O esforço é exigente e as condições de perigo são permanentes, em todo o lugar, não dão descanso.

7. Progressos alcançados

a. Relativamente ao seguimento e aconselhamento:

- Propusemos e trabalhámos com o diretor dos RH/MDAC e uma colega da parte da informática da ESM, com o objetivo de implementar uma Base de dados única para todos os Estados-Maiores, Divisões e Serviços ;
- Trabalhámos a redação de um Guia de Inspeção para a IGAS;
- Preparámos um Plano de Ação para a nossa função junto do MDAC, a ser apresentado ao ministro, após validação do HoM/ESM ;
- Preparámos, em parceria com a EUTM, o histórico do Sistema de Gestão de RH, desde 2012 aos dias de hoje;
- Integrámos grupos de trabalho com os diferentes departamentos de parceria institucional (DRH, IGAS e DJM), com vista à alteração dos textos sobre as respetivas formas de organização e funcionamento;
- Apresentámos à DRH uma proposta de política de formação;
- Apresentámos à DRH uma proposta de recrutamento;
- Conseguimos gabinetes de trabalho nos departamentos com quem trabalhamos regularmente;
- Aconselhámos relativamente ao Plano de Segurança do centro do país (operação MALIKO): As Forças Armadas malianas (FAMa) como centro de gravidade, integrando as FSI dependentes (Gendarmaria e Guarda Nacional) na sua atuação específica de polícia, tendo como objetivo a defesa da população e favorecendo o desenvolvimento económico. Defendida a aposta no estudo da presença dos núcleos populacionais (num país com parte importante de deserto), movimentos

de população, interesses económicos e/ou geoestratégicos decorrentes, para poder reorganizar os pontos de defesa estratégicos, prevendo pontos comunicantes de reforço, evitando deixar espaços vazios e valorizando a necessidade de comunicação (de importância vital). Isso porque e segundo Correia (2010), «quando se insiste em temas como a responsabilidade, a diminuição da distância entre governantes e governados, a prestação de contas perante os cidadãos, a obtenção de uma maior proximidade do público, a necessidade de o sistema político adquirir receptividade para pretensões sociais conflituais, deparamos com realidades que só são compreensíveis tendo em conta a intervenção da comunicação, nomeadamente, da comunicação mediática» (p. 03) tendo em vista conseguir a legitimação da população da ação tida e motivar as tropas à ação. Com esta forma de estar, conseguimos que a ESM seja hoje considerada um parceiro estratégico e isto esteja vertido nos próprios documentos classificados;

► Participámos ativamente na elaboração do Manual Explicativo do CP e CPP elaborados pela ESM;

► Estamos a trabalhar dois textos estruturantes: um sobre a utilização das armas de fogo em período de paz e outro sobre regras de empenhamento/ROE.

b. Relativamente à área de projetos:

► Responsável pelo projeto de recuperação de um edifício para utilidade de arquivos estruturados, no âmbito da Inspeção (IGAS): 143.000 Euros;

► Responsável pelo projeto de construção de dois edifícios para utilidade da Justiça Militar (DJM) na sua nova organização: 300.000 Euros;

► Responsável pelo projeto de aquisição de equipamento e viaturas para utilidade da Justiça Militar (DJM) e das jurisdições militares na capital e no centro do país: 680.000 Euros;

► Está já preparado para avançar (no caso de abrir nova extensão do mandato da ESM) um projeto de

construção de um segundo andar e equipamento necessário, em benefício da instalação da DRH.

c. Outros:

- Temos reuniões diárias com as mais altas instâncias dos departamentos do MDAC e com o secretário-geral (SEGAL), duas vezes por mês;
- Estamos a verificar a possibilidade do chefe de Missão ESM poder reunir com o SEGALMDAC, uma vez por mês.

Conclusão

No tempo que levamos de missão, foram abertas as portas que permitem hoje em dia à ESM estar bem posicionada, com aceitação e sabendo que o trabalho feito promove a eficácia visada. O Mali é terreno perigoso e é preciso saber o que se faz. A nossa ação

tem permitido honrar a divisa da Guarda e a nossa bandeira, numa afirmação clara e inequívoca do nome da Guarda e de Portugal.



Bibliografia

a) Livros

Bell, Judith, *Como Realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa, 1997, Gradiva.

Brandão, Carlos, *Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo, 1995, Cortez.

Canetti, Elias, *Masa e Poder*. Madrid, 2007, Alianza Editorial.

Correia, et al., *Conceitos de Comunicação política*. Covilhã, 2010, Publicações LabCom UBI.

Mazarin, Jules, *Breviário dos Políticos*. Lisboa, 1997, Guimarães Editores.

McLaren, Peter, *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo, 1997, Cortez.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc, *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa, 2008, Gradiva.

Touraine, Alain, *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris, 1998, Fayard.

b) Publicações

GFN-SSR (2003) *Security Sector Reform Policy Brief*. GCPP, London.

c) Fontes de internet:

<http://eutmmali.eu/missioneutmmali/> [31.01.2020].

https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eucap-sahel-mali/3900/node/3900_me [31.01.2020].

[https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations_en/5438/The%20Civilian%20Planning%20and%20Conduct%20Capability%20\(CPCC\)](https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations_en/5438/The%20Civilian%20Planning%20and%20Conduct%20Capability%20(CPCC)) [31.01.2020].

<https://minusma.unmissions.org/> [31.01.2020].

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120406_mail_entenda [31.01.2020].

<https://www.g5sahel.org/> [31.01.2020].

Unesco (2002) "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural" http://www.redebrahpcs.saude.gov.br/local/file/declaracao_unesco.pdf [31.01.2020].

ONU, (1999) Resolução 53/243 de O60ut <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/774/43/PDF/N9977443.pdf?OpenElement> [31.01.2020].

Bósnia e Herzegovina

Reentrada de Portugal na EUFOR ALTHEA

Pelos sargentos-chefes Nuno Gaspar e Daniel Ribeiro

Especialistas na *Collation Cell*

BREVE ENQUADRAMENTO

O presente artigo tem por objetivo descrever sucintamente o que foi a participação da Guarda Nacional Republicana na missão da União Europeia EUFOR ALTHEA, na Bósnia e Herzegovina, e o quadro de atuação dos militares projetados em 2019.

Em 1991, a Eslovénia e a Croácia declararam a sua independência da Federação Jugoslava, seguindo-se a Bósnia e Herzegovina (BH)¹, que declarou a soberania também em 1991 e mais tarde, em 3 de março de 1992, a independência da Federação Jugoslava.

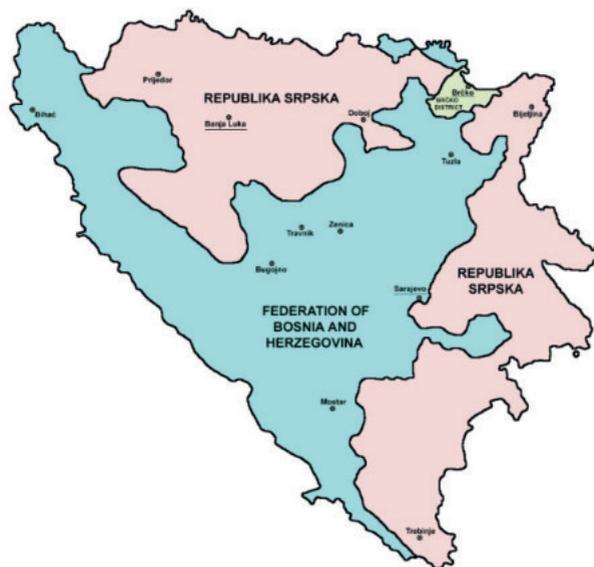
Após um referendo boicotado pela etnia sérvia, os sérvios-bósnios - apoiados pela Sérvia e Montenegro - responderam com a resistência armada destinada a dividir a República, segundo linhas étnicas, e a juntar-se às áreas detidas pelos sérvios para formar uma «Grande Sérvia».

Em março de 1994, os bosniaks (bósnios de etnia muçulmana) e bósnio-croatas reduziram o número de fações beligerantes de três para duas, assinando um acordo e criando uma Federação Bósnio-Croata conjunta da Bósnia e Herzegovina.

Em Dayton, Ohio, Estados Unidos da América, no dia 21 de novembro de 1995, as partes em conflito deram início ao acordo de paz que pôs fim a três anos de conflitos interétnicos, sendo assinado em Paris, em 14 de dezembro de 1995, o «Acordo de Paz de Dayton», que manteve as fronteiras da BH e criou um governo multiétnico ao nível estatal, encarregado de conduzir a política externa, diplomática e fiscal.

Foram igualmente criadas duas entidades de

dimensão aproximadamente igual: a Federação da Bósnia-Herzegovina (FBH), predominantemente bosniak e bósnio-croata, e a Republika Srpska (RS), predominantemente bósnio-sérvia. Estas duas entidades são responsáveis pela supervisão da maioria das funções políticas e administrativas nas suas regiões.



Além disso, os Acordos de Paz de Dayton estabeleceram o Gabinete do Alto Representante para supervisionar a implementação dos aspetos civis do acordo, tendo-se constituído, em 1995, uma força internacional de manutenção da paz (IFOR) com cerca de 60 000 militares. Esta foi sucedida pela Força de Estabilização (SFOR), que foi gradualmente reduzindo o número de tropas.

Em 2004, a União Europeia (UE), através da

¹ Designação original: Bosna i Hercegovina (BiH)- <https://www.britannica.com/place/Bosnia-and-Herzegovina>

missão EUFOR- ALTHEA², deu início ao processo de substituição da SFOR. Atualmente, a EUFOR ALTHEA tem ao seu dispor cerca de 600 militares no teatro de operações, que representam 20 países³ e encontra-se focada fundamentalmente em dois grandes desafios: (i) apoiar as autoridades da BH na manutenção de um ambiente seguro em matéria de segurança e defesa; (ii) ajudar a criar as condições para alcançar o objetivo político de longo prazo de um país estável, viável, pacífico e multiétnico, cooperando pacificamente com seus vizinhos e irreversivelmente no caminho para a adesão à União Europeia, e na progressão para os padrões da OTAN, no que concerne às Forças Armadas.

PORTUGAL NA MISSÃO EUFOR ALTHEA⁴

Quarta-feira, 27 de março de 2019, foi hasteada oficialmente a bandeira de Portugal em Sarajevo, marcando a ocasião da reentrada de Portugal na EUFOR ALTHEA, numa cerimónia presidida pelo COMEUFOR, major-general Martin Dorfer e pelo chefe do Estado-Maior da OTAN Sarajevo, coronel Tibor Papp.



Portugal, através da EUROGENDFOR, contribuiu com

um militar da Guarda Nacional Republicana para a missão ALTHEA.

O COMEUFOR, no seu discurso, sublinhou a relevância da presença portuguesa como nação que contribuiu para o esforço europeu em tornar a BH num país estável e recordou o registo orgulhoso de serviço na Bósnia-Herzegovina, dos anteriores contingentes militares e da Gendarmaria portuguesa. No encerramento da cerimónia, o COMEUFOR acrescentou, dizendo que aguarda com expectativa que Portugal dê um contributo significativo como todos os países que contribuem para as missões EUFOR.

BREVE DESCRIÇÃO DAS CAPACIDADES DA EUFOR ALTHEA

A estrutura de comando da Missão (HQ), em Camp Butmir, compreende os órgãos de Estado-Maior que asseguram a atividade operacional, administração, recursos humanos, materiais e financeiros.

O COMEUFOR tem ao seu dispor uma unidade de escalão batalhão de infantaria multinacional, que lhe permite dar resposta aos pedidos das autoridades da BH. Pese embora a missão ter uma expressão reduzida em termos de efetivo operacional em Sarajevo, encontra-se prevista, quando se justifique, a possibilidade de atrair rapidamente as forças de reserva de toda a Europa, no caso de um pior cenário, ou por degradação do ambiente securitário.

Integram ainda a capacidade operacional, uma Esquadra de Helicópteros para execução de missões de Busca e Salvamento, colaborando frequentemente com as autoridades da BH, pois os pedidos para resgate em montanha ou para evacuação médica são muito frequentes, bem como aviões ligeiros de transporte e capacidade de vigilância e reconhecimento aéreo e;

²<http://www.euforbih.org/eufor/index.php>

³Albânia, Áustria, Bulgária, Chile, República Checa, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal, República da Macedónia do Norte,

⁴Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suíça, Turquia, Reino Unido

⁴<http://www.euforbih.org/eufor/index.php/eufor-news/latest-news/2490-flag-raising-ceremony-at-camp-butmir-as-portugal-re-joins-eufor>

PELA LEI E PELA GREI

Equipas de *Explosive Ordnance Disposal* (EOD), com missão orientada para a inativação de engenhos explosivos, improvisados e convencionais, desminagem e controlo de armamento, que colaboram com o a *Joint Military Affairs* (JMA) nas visitas e inspeções aos locais de armazenamento de munições e paíóis.

Salienta-se a importância de uma rede de 17 equipas de observação e ligação (LOT) em toda a BH, que se relacionam diariamente com a comunidade local e acompanham o sentimento sobre a situação social, económica e política das populações. Este sistema de «subunidades» foi concebido como sensor dos riscos no ambiente securitário.

As 17 casas EUFOR LOT estão distribuídas por todas as regiões e fazem a ligação da missão às comunidades e autoridades locais.



São orientados pelo Centro de Coordenação (LCC), situado no HQ em Camp Butmir, Sarajevo. Este Centro de Coordenação recebe diariamente informação que contribui para a compreensão situacional e oportuna relacionada com eventos e incidentes mais significativos nas regiões administrativas.

EUROGENDFOR NA EUFOR ALTHEA

Portugal é membro da Força de Gendarmaria Europeia, abreviadamente designada por EUROGENDFOR. A Declaração de Intenções relativa à EUROGENDFOR foi assinada na cidade de Noordwijk (Holanda), em 17 de setembro de 2004, tendo, em 18 de outubro de 2007, sido assinado na cidade de Velsen (Holanda), o tratado que institui e regula o funcionamento e a organização.

A missão da União Europeia na BH, Operação ALTHEA, teve início em 2 de dezembro de 2004, ao abrigo da *Council Joint Action 2004/570/CFSP*, de 12 de julho de 2004, na sequência da decisão da OTAN de dar por terminada a Operação SFOR e da adoção da Resolução 1575 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, autorizando a projeção de forças da União Europeia para a BH. Os objetivos principais da missão foram garantir a aplicação dos Acordos de Paz para o país e contribuir para a manutenção de um ambiente seguro no território.

No final de 2007⁵, a Guarda deu início à sua participação na missão da União Europeia na BH, Operação ALTHEA. Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de Ordem Pública, uma Equipa de Investigação Criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (*Integrated Police Unit*) composta, no seu conjunto, por duas Companhias de Ordem Pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando na estrutura da missão, incluindo o comando da IPU. A participação de Portugal na missão, através da EUROGENDFOR, entre 2007-2010⁶, foi perfeitamente

⁵ https://www.gnr.pt/missoes_internacionais.aspx

⁶ <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/PDF.pdf>

consentânea com os valores e princípios fundamentais da política externa da República Portuguesa.

Com o concluir da revisão estratégica em 2017, sobre a situação da BH, no âmbito da estratégia global da UE, o Conselho da UE confirma o mandato militar executivo da Operação ALTHEA, a fim de ajudar as autoridades a preservar o clima de segurança, e adiciona uma nova variável com o foco no reforço das capacidades de *intelligence*, recorrendo a parcerias com outros intervenientes internacionais. No fundo, a revisão aponta para o fortalecimento e melhoria da *security awareness*, dando um primeiro passo para um sistema de alerta precoce eficaz, que permita uma ativação atempada das forças de reserva, no caso de a situação de segurança se deteriorar significativamente.

Por Despacho do Exmo. tenente-general, comandante-general da Guarda Nacional Republicana, a Guarda projetou, em 2019, dois militares da categoria de sargentos, para o Headquarters (HQ) Sarajevo, para integrar a estrutura de informações da Operação ALTHEA, J2 Branch.

Os sargentos da Guarda desempenham funções como especialistas na *Collation Cell*, sendo responsáveis pelo tratamento (análise e exploração) de toda a informação recolhida pelas equipas de ligação nas

várias cidades, pelos Oficiais de Ligação às Polícias, equipas HUMINT, IMINT e patrulhas.

A *Collation Cell* apoia os *Senior Analysts* com o sistema de análise de informações da missão, identificando os indicadores relevantes associados a eventos, pessoas e organizações, contribuindo para a produção dos Relatórios semanais, bem como para o desenvolvimento de uma análise preditiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este novo modelo adotado pela Guarda em participação de missões internacionais, projetando os seus nichos de especialidade, no caso da ALTHEA, em *intelligence*, trouxe inegáveis vantagens à missão.

Os especialistas da GNR constituíram-se como benefício na identificação e avaliação de ameaças e riscos, no quadro geográfico da região, caracterizando e analisando as redes internacionais de crime organizado, nomeadamente as envolvidas em narcotráfico, facilitação da imigração ilegal e tráfico de armas, bem como interpretando a volatilidade e complexidade do terrorismo e do extremismo ideológico de espectro nacionalista, ultraconservador e étnico, fatores essenciais para a manutenção do ambiente securitário no país.

Um *Cybercrime Portfolio Manager* na CEPOL

As ameaças à União Europeia e o Papel da CEPOL

Atualmente, ao nível europeu, o vasto leque de ameaças à segurança não se delimita apenas às fronteiras de cada Estado-Membro (EM), pelo que a capacidade da União Europeia (UE) para as reprimir e prevenir constitui, cada vez mais, um assunto presente na

Pelo tenente-coronel de Inf.º Paulo Jorge Soares dos Santos

Cybercrime Portfolio Manager

agenda política internacional, principalmente após os recentes atentados terroristas que têm assolado a Europa desde 2015. Paralelamente a este facto, assiste-se ao fenómeno social das migrações, ou seja, à deslocação de povos, em grande número, para outros

países, à procura de melhores condições de vida, o que pode provocar instabilidade no plano nacional e internacional. Por outro lado, ao nível global está a assistir-se, por força da massiva digitalização da sociedade em todos os domínios, à consolidação e ao crescimento em massa do cibercrime e da criminalidade que é cometida com recurso às novas tecnologias, os chamados *cyber-enabled crimes*. Como resposta a estes fenómenos, a UE tem procurado dar uma maior importância à formação dos agentes das forças e serviços de segurança (FSS), bem como aos funcionários de justiça de toda a Europa. Como exemplo, enaltece-se o papel mui relevante que tem sido desempenhado pela Agência Europeia de Formação Policial (CEPOL) na componente de treino e partilha de boas práticas, como forma de contribuir para reforçar a capacidade de resposta às novas ameaças, com particular incidência nas que têm uma dimensão europeia, ou externa às suas fronteiras comuns.

A CEPOL, enquanto agência europeia, foi criada pela Decisão do Conselho 2005/681/JAI¹, posteriormente alterada pelo regulamento n.º 543/2014² do Parlamento Europeu e do Conselho. O financiamento desta agência é suportado por orçamento da UE e a sua sede está desde 1 de outubro de 2014, localizada na cidade de Budapeste, na Hungria. A CEPOL foi idealizada para ser uma agência europeia de formação de excelência, sendo o seu mandato legal, dar apoio, desenvolver e implementar atividades de treino às Forças e Serviços de Segurança europeias, tendo um grupo alvo alargado. No desenvolvimento das suas atividades, visa, através da formação, promover a partilha de conhecimento e de boas práticas, bem

como colaborar para o crescimento de uma cultura europeia comum, no domínio das áreas de atividade das FSS da UE. Os seus domínios de formação abrangem fundamentalmente as seguintes prioridades europeias de criminalidade violenta e grave: (1) Tráfico de Droga; (2) Imigração Ilegal; (3) Crime Contra a Propriedade; (4) Tráfico de Seres Humanos; (5) Fraude; (6) Tráfico de Armamento; (7) Crime Ambiental; (8) Crime Financeiro e Branqueamento de Capitais; (9) Fraude Documental e (10) Cibercrime.

No caso específico do cibercrime visa-se:

- Reprimir e prevenir a criminalidade informática;
- Cessar atividades criminosas relacionadas contra ciberataques a sistemas de informação;
- Reprimir e prevenir o abuso sexual de crianças e a exploração sexual, incluindo a produção e disseminação online de material de abuso infantil;
- Combater a fraude e falsificação de Cartões de Crédito.

O Início de Funções de *Cybercrime Portfolio Manager* da GNR

A CEPOL, dada a atual dimensão e expansão do cibercrime e dos chamados *Cyber-Enabled-Crime*, definiu como sua prioridade estratégica o desenvolvimento de superiores valências de formação e treino neste domínio criminal. Tendo em conta esta prioridade, uma das medidas adotadas pela CEPOL foi de recrutar peritos nacionais de EM na área tecnológica e do cibercrime, de forma a que estes alargassem o portefólio de cursos CEPOL na área do cibercrime, em quantidade e qualidade, de modo a suprir as crescentes necessidades dos EM neste domínio.

¹ Decisão do Conselho 2005/681/JAI de 20 de setembro de 2005 que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) e que revoga a Decisão 2000/820/JAI (Conselho da UE, 2005).

² Regulamento (UE) n.º 543/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 que altera a Decisão 2005/681/JAI do Conselho que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP/CEPOL), designadamente no que concerne à transferência da sede do Reino Unido para a Hungria (Parlamento Europeu e Conselho, 2014).



Abertura da reunião de inauguração da CEPOL *Cybercrime Academy*, em junho de 2019, nas instalações do Centro de Treino Internacional de Budapest. Foi presidida pelo diretor da CEPOL, o Sr Detlef Schroeder.

Nesta contextura, em 08 de agosto de 2017, foi autorizado pelo comando da GNR, a nomeação de um perito nacional destacado para a CEPOL, para desempenhar as funções de *Cybercrime Portfolio Manager* na área específica do cibercrime.

As atribuições funcionais para este cargo, foram as seguintes:

- Apoiar, no âmbito do cibercrime, a implementação das iniciativas de formação e políticas de ensino da CEPOL, estabelecendo a ligação com parceiros externos europeus relevantes;
- Efetuar a gestão de todo o ciclo de vida de formação, através de ações de planeamento, implementação, monitorização, avaliação e de produção de relatórios relativos a iniciativas de treino e educação da CEPOL, na área do cibercrime (ex: cursos residenciais ou atividades *online*);
- Garantir a coordenação e apoiar os parceiros da CEPOL na organização e execução das atividades relacionadas com o cibercrime;
- Representar a CEPOL em reuniões internacionais;
- Informar e assessorar o corpo dirigente da CEPOL sobre assuntos relacionados com o cibercrime e seus riscos;
- Cooperar com outras Unidades de CEPOL nacionais.

Assim sendo, quando assumi as funções na CEPOL, pude perceber que as minhas tarefas iriam ser um desafio, dado que seria responsável por assegurar um vasto rol de atividades e iniciativas de formação internacional no domínio do cibercrime, não tendo existido qualquer passagem de testemunho profissional para o efeito, ou sobreposição de funções com nenhum elemento da CEPOL. Estas tarefas comportavam uma especificidade tecnológica complexa e deviam satisfazer uma pluralidade de necessidades de vários atores: Estados-Membros europeus, Organizações e Estados terceiros, com os quais a CEPOL se relaciona.

Atividades na CEPOL

Ao nível Europeu, tive a oportunidade de organizar e implementar 12 Cursos Presenciais e 1 curso online a 348 participantes, e 25 *Webinars*, que abrangeram 5275 participantes. Estas atividades de formação comportaram diversos domínios Ciber entre os quais:

- Cibersegurança;
- Ciberdefesa;
- Cibercrime;
- *First Responders*;
- Forense Digital;
- *Internet of Things* (IoT);

PELA LEI E PELA GREI

- *Artificial Intelligence*;
- *Cryptocurrencies*;
- *DarkWeb*;
- *Open Source Intelligence (OSINT)*;
- Fraude com Cartões de Crédito;
- Exploração Sexual de Crianças *Online*

A organização destas atividades de formação constituiu um desafio, porquanto:

- Os seus conteúdos programáticos deveriam ser concebidos e estar perfeitamente alinhados com a avaliação de necessidades operacionais ciber (*cyber operational training needs assesment*) que a CEPOL desenvolve anualmente e de acordo com o perfil de competências ciber definido na chamada *Training Competency Framework* que é periodicamente atualizada pela EUROPOL;
- O aliciamento e o empenhamento de Peritos Internacionais (*experts*), que pudessem ministrar com elevada qualidade os conteúdos programáticos das diversas atividades de formação, foi um processo difícil e minucioso. A referir que, neste caso, enveredei esforços e felizmente obtive apoio do comando da GNR, no sentido de terem estado presentes vários oficiais da Guarda em diversos cursos Ciber, especialmente na área das novas tecnologias, OSINT e da *Darkweb*;
- A componente de implementação dos cursos no

contexto logístico foi também grande e diversificada (ex: Viagens, Alojamento, Refeições, etc).

Para além de organizar e promover atividades de formação, tive também a oportunidade de poder representar a CEPOL, no domínio do cibercrime, em variadíssimas reuniões internacionais de relevo, interagindo com diversos interlocutores de organizações europeias, tais como: Comissão Europeia, EUROPOL, EUROJUST, *European Cybercrime Training Education Group (ECTEG)*, *EU Cybercrime Task Force (EUCTF)* e *European Judicial Training Network (EJTN)*.

Nestas reuniões destacam-se as que ocorreram, ao nível Europeu, na EUROPOL, em Haia/Holanda, onde, no escopo do *EU Policy Cycle – EMPACT*, eram definidos, em termos operacionais, projetos (*Operation Action plans*) no domínio da repressão e prevenção do cibercrime pelos diversos Estados-Membros e organizações, entre as quais se destacava a CEPOL no contexto da formação.

Tive também a possibilidade de participar em reuniões da EUCTF que eram manifestamente importantes, dado que neste tipo de fóruns estavam presentes os chefes das Unidades de Cibercrime de cada Estado-Membro europeu. Neste fórum eram discutidas políticas e formas de articulação e de operacionalização estratégica e tática de soluções





Visita do diretor da CEPOL, Sr Detlef Shroeder, à GNR, em maio de 2019.

criminais, tendo em vista reduzir o cibercrime no espaço europeu.

Outras reuniões importantes estão relacionadas com uma organização denominada por ECTEG. Neste tocante, tive a oportunidade de representar a CEPOL em diversas reuniões desta organização. A ECTEG tem como objetivos: melhorar as capacidades técnicas e científicas dos seus associados, no âmbito do cibercrime em matéria de formação, investigação e desenvolvimento. As atividades da ECTEG são suportadas pela sua «rede de *experts*» que é empenhada em ações formativas de elevada qualidade a entidades nacionais e internacionais. Neste caso em concreto, propus em 2018, ao Comando da GNR, através da DPERI e duma informação interna, a adesão da Guarda a esta organização por forma a que a nossa instituição fornecesse militares ao grupo de peritos da ECTEG, ou que pudessem beneficiar de outras vantagens relacionadas com a

gestão de projetos Ciber internacionais.

Paralelamente, estou também envolvido num projeto CEPOL de cariz estratégico, relacionado com a conceitualização, organização e implementação da chamada CEPOL *Cybercrime Academy* (CCA). Neste contexto, pelo facto da CEPOL ter identificado a repressão e a prevenção do cibercrime como sua prioridade estratégica nos próximos anos e por existirem cada vez mais necessidades formativas neste campo, esta agência aumentou o seu portefólio de cursos Ciber para um total de 20 cursos e criou uma infraestrutura com equipamentos tecnológicos adequados para suportar logisticamente os referidos cursos. O primeiro embrião da CCA foi inaugurado em junho de 2019 e pretende-se que evolua de modo a consolidar o seu portefólio de cursos Ciber, criando uma rede de peritos de elevada *expertise*, visando também materializar um centro de conhecimento e de investigação em ma-



Brí핑ing dado no CINGop da GNR na altura da visita do diretor da CEPOL, Sr. Detlef Shroeder.

térias relacionadas com a criminalidade informática.

Conclusões

É irrefutável que, cada vez mais, os fenómenos criminais ligados à cibersegurança estão a consolidar-se, a evoluir e a crescer exponencialmente.

A GNR pode afirmar-se, no plano nacional e internacional, como uma força de segurança distintiva no domínio da cibersegurança e ciberdefesa, em prol do bem-estar e segurança do cidadão. Neste âmbito, a GNR deverá, em termos de «estratégia genética», estar presente em fóruns e organizações internacionais, tendo em vista:

1. Ter consciência do que está a decorrer, a ser discutido e a ser decidido no âmbito da cibersegurança em fóruns, organizações e FSS internacionais, influenciando e participando ativamente em iniciativas e projetos no plano político/estratégico/operacional;
2. Ser reconhecida pelas suas valências de cibersegurança, através da competência dos peritos que

participam nas atividades ou que estão colocados nas diversas agências internacionais, neste caso em concreto, na Agência Europeia de Formação Policial (CEPOL), em matéria de formação de cibercrime; Salvo melhor opinião, deve ser um desígnio para GNR reforçar a cooperação com outras entidades internacionais com responsabilidades na área da cibersegurança.

É fundamental a GNR manter e criar elevada *expertise* no plano de fenómenos delituosos e tecnologias que orbitam em torno da cibersegurança. Neste caso em concreto, a presença na CEPOL de um oficial da GNR na posição de *Cybercrime Portfolio Manager* permitiu influenciar posições em sede de fóruns e organizações internacionais, em prol de interesses nacionais, recolher valiosas aprendizagens e experiências e granjear progressivamente prestígio e credibilização à escala internacional, em prol da Guarda e consequentemente ao nível nacional.

A GNR com a EUROPOL na Segurança da Europa

Pelos sargento-chefe de Inf.^o Luís Varela e sargento-ajudante Inf.^o Marco Viveiros

Peritos nacionais destacados

Em 2019, a Guarda Nacional Republicana esteve com a EUROPOL, no 28.^o Grupo de Peritos Nacionais Destacados convidados, em regime sem contrato, com as funções de verificação de segurança secundária.

Enquanto agência de aplicação da lei da União Europeia, a EUROPOL tem por missão apoiar os seus Estados-Membros na prevenção e combate a todas as formas de criminalidade internacional e organizada grave, cibercriminalidade e terrorismo.

A EUROPOL pretende garantir uma resposta eficaz da União Europeia às ameaças de crimes graves internacionais e organizados, crimes cibernéticos e terrorismo na União Europeia, atuando como o principal centro de informações, fornecendo suporte operacional ágil e fornecendo soluções policiais europeias, em conjunto com uma rede de parceiros.

A estratégia da EUROPOL é o quadro de referência

para as suas operações diárias e para apoiar a cooperação da União Europeia em matéria de aplicação da lei.

Na prossecução desta estratégia ambiciosa, a EUROPOL aborda os desafios mais importantes que enfrenta e explora todas as oportunidades para avançar e proporcionar benefícios tangíveis.

No contexto do reforço dos controlos nas fronteiras externas da União Europeia, em conformidade com as conclusões do Conselho da União Europeia, em matéria de combate ao terrorismo e criminalidade grave organizada, em 2018 foi endereçado um convite pela EUROPOL a Portugal, tendo a GNR procedido à abertura de vagas, a fim de constituir uma pool de *Seconded National Experts*, como *Guest Officers*, em regime *cost-free*, com as funções de *secondary security checks*, ou seja, uma lista de reserva de Peritos



PELA LEI E PELA GREI



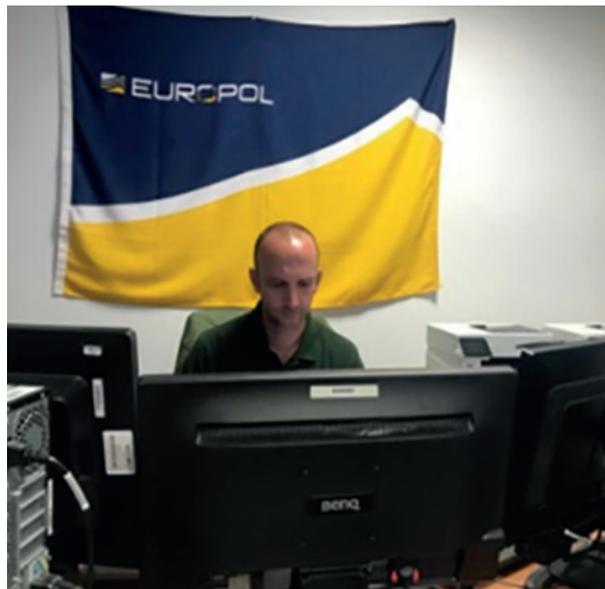
SCH Luís Varela

Nacionais Destacados convidados, em regime sem contrato, com as funções de verificação de segurança secundária.

A GNR passou a integrar a lista de reserva da EUROPOL e em 11 de novembro de 2019, foi efetuada a projeção de dois Sargentos, (um da Direção de Investigação Criminal, do Comando Operacional e outro do Comando Territorial dos Açores), para integrar o 28.º Grupo da EUROPOL de Peritos Nacionais Destacados convidados, em regime sem contrato, no período de 11 de novembro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, sendo este período dividido do seguinte modo:

- De 11 de novembro de 2019 a 18 de novembro de 2019, em Haia - Holanda, formação geral sobre a EUROPOL;
- De 19 de novembro de 2019 a 22 de novembro de 2019, em Caserta – Itália, formação sobre o local de destacamento;
- De 22 de novembro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, em Trapani, Agrigento e Lampedusa – Itália, função em *hotspot*.

Como referia o convite endereçado, verificou-se que os Peritos Nacionais Destacados ao serviço da EURO-



SAJ Marco Viveiros

POL, nos *hotspots*, têm as seguintes funções:

- Apoiar a implementação do modelo de *hotspot* no local de destino, de acordo com os acordos da União Europeia;
- Reforçar a segurança nas fronteiras externas da União Europeia, nomeadamente apoiar, facilitar e realizar verificações de segurança secundárias;
- Melhorar a cooperação operacional entre as autoridades nacionais envolvidas e as autoridades e agências da União Europeia envolvidas nos *hotspots*, com vista a adquirir informações relevantes que ajudarão na identificação de potenciais ameaças terroristas e criminais;
- Apoiar o estabelecimento de um processo eficaz de verificação de segurança secundária, em coordenação com as autoridades nacionais interessadas e agências envolvidas nos *hotspots*;
- Reforçar o processo de verificação de segurança secundária, trocando as melhores práticas nesta área;
- Apoiar as verificações de segurança secundária dos intervenientes na primeira linha de verificação nos *hotspots*;



- Realizar verificações nos sistemas e bases de dados da EUROPOL, relativos a criminalidade grave organizada, contraterrorismo, entre outros;
- Encaminhar casos para apoio forense por parte do pessoal da EUROPOL, quando necessário, incluindo extração de dados em suportes de dados, como telefones celulares e cartões de memória, sob a autoridade do Estado onde se localiza o *hotspot*;
- Quando qualificado, fornecer apoio forense diretamente, sob a autoridade do Estado anfitrião;
- Recolher e avaliar informações que possam levar à deteção de possíveis ameaças terroristas e criminais, com foco especial no tráfico de pessoas e outros delitos de tráfico;
- Garantir que as informações relevantes sejam enviadas à EUROPOL para divulgação, conforme necessário, sob a autoridade do Estado anfitrião;
- Reforçar e consolidar a relação da EUROPOL com as autoridades nacionais e as agências da União Eu-

ropeia envolvidas, com vista a melhorar a cooperação geral;

- Manter-se a par de todos os desenvolvimentos dentro da área de operação;
- Informar regularmente a EUROPOL sobre as atividades diárias realizadas;
- Operar sob a orientação do coordenador da EUROPOL local ou do chefe de equipa designado pela EUROPOL para a área de operação.

Na concretização desta função, foram identificados como maiores desafios para cumprir a missão, os relativos à identificação de potenciais ameaças terroristas e criminais com foco especial no tráfico de pessoas e outros delitos de tráfico, assim como efetuar as verificações nos sistemas da EUROPOL, relativos à criminalidade grave organizada e contraterrorismo. A missão decorreu, desde o início, em ambientes multiculturais, com várias nacionalidades europeias, que favorecem o desafio da perceção linguística, hábitos e culturas de cada interveniente e organização, sendo que estes desafios se têm tornado numa conquista salutar e muito enriquecedora, quer em termos profissionais, quer pessoais, contribuindo, deste modo, para a constante motivação e desempenho da própria missão.

As dificuldades sentidas dizem respeito à execução das tarefas e responsabilidades da missão, no âmbito das suas atribuições diárias, dificuldades estas que se vencem à medida que vão sendo cumpridas.

No âmbito da missão, foram alcançados diversos progressos, que se refletem na harmoniosa colaboração e relacionamento com todas as entidades e pessoas, durante o processo de identificação de potenciais ameaças terroristas e criminalidade grave, com foco especial no tráfico de pessoas e outros delitos de tráfico, bem como através das verificações nos sistemas da EUROPOL, relativos à criminalidade grave organizada e contraterrorismo.

Academia Europeia de Segurança e Defesa (AESD)¹ / Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD)

Pelo major de Inf.º João Miguel de Almeida Madaleno
*Training Manager at the European Security and Defence College (ESDC),
European External Action Service (EEAS)*

ESDC = CFSP/CSDP training and education at EU level

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, criou o ramo diplomático da União Europeia, o **Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)**, sob a autoridade do alto representante da União (vice-presidente da Comissão Europeia) para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Atualmente, o **Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD)**, enquanto organismo da União Europeia (UE), está inserido na estrutura do SEAE, sob a tutela do diretor executivo para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União e Resposta a Crises (*EEAS MD. CSDP-Crisis Response*).

O CESD ministra formação e educação a nível europeu, no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União, no contexto mais amplo

da Política Externa e de Segurança Comum (PESC),

de modo a desenvolver e promover um entendimento comum da PCSD e PESC entre o pessoal civil e militar, bem como a identificar e divulgar as melhores práticas em relação às várias matérias da PCSD e PESC, através das suas ações de formação e educação («ações de formação e educação da AESD»).

Ao fazê-lo, o CESD complementa os esforços nacionais no campo da formação e educação. Devido a esta posição única nos órgãos da UE, o CESD pode recorrer diretamente à experiência dos funcionários e estruturas do SEAE e UE que trabalham diariamente com questões da PESC e, por conseguinte, pode incorporar desenvolvimentos recentes nos seus programas de formação e educação.

Antes da **fundação do CESD em 2005**, não havia uma única entidade na UE dedicada à formação e



¹ Designação oficial em português conforme Decisão (PESC) 2016/2382 de 21 de dezembro de 2016, publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 23.12.2016. Todavia, em Portugal é vulgarmente denominado por Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD).

² Missão da AESD/CESD constante no Art.º 2.º da Decisão (PESC) 2016/2382 de 21 de dezembro de 2016.

educação a nível europeu, nem ao desenvolvimento de uma cultura europeia de segurança comum. Somente em 2002 foi introduzido o *common training* como uma das prioridades da Presidência Grega. Inicialmente, esta tarefa de formação comum envolvia o desenvolvimento de uma cultura de segurança europeia, preparando pessoal qualificado para desempenho de funções nas instituições da UE como nos Estados-Membros da UE em geral. Atualmente, o **CESD é o provedor exclusivo de formação na União Europeia**, dedicado a (a) ministrar formação, treino e educação a nível europeu e (b) promover um entendimento comum da **Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)** e da **Política Externa e de Segurança Comum (PESC)** entre o pessoal civil, diplomático, policial³ e militar.

Refira-se que a **Política Externa e de Segurança Comum** da União Europeia tem como objetivo permitir que os 27 Estados-Membros tenham mais peso na esfera mundial do que se agissem individualmente. Além de preservar a paz e reforçar a segurança internacional, a política visa promover a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos e pelas liberdades do ser humano a nível mundial. Subsidiariamente, a **Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)** estabelece o quadro para as estruturas políticas e militares da UE, bem como para as missões e operações civis e militares no estrangeiro. A política comum de segurança e defesa (PCSD) está inserida no Tratado da União Europeia (TUE)⁴ e é parte integrante da política externa e de segurança comum (PESC).

As decisões relacionadas com a PCSD são tomadas pelo Conselho Europeu e pelo Conselho da União



Dr. Josep BORRELL FONTELLES
(Alto representante/vicepresidente)

Europeia (Artigo 42.º do TUE e seguintes). Estas decisões são tomadas por unanimidade, com algumas exceções no caso das decisões relacionadas com a Agência Europeia de Defesa (AED, Artigo 45.º do TUE) e com a cooperação estruturada permanente (CEP, artigo 46.º do TUE), que são tomadas por votação, por maioria. É o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança⁵, que também exerce as funções de vice-presidente da Comissão Europeia (VP/AR), que apresenta as propostas de decisão.

O Tratado de Lisboa introduziu a **noção de política europeia de capacidades e de armamento** (Artigo 42.º, n.º 3, do TUE) e **estabeleceu uma ligação entre a PCSD e outras políticas da União**, dispondo que a AED e a Comissão devem trabalhar em estreita cooperação, sempre que necessário (artigo 45.º, n.º 2, do TUE), nomeadamente no que tange às políticas de

³Entenda-se forças e serviços de segurança.

⁴O artigo 41.º do TUE estabelece disposições gerais sobre o financiamento da PESC e da PCSD, sendo a política descrita também nos artigos 42.º a 46.º, do capítulo 2, secção 2 do título V - «Disposições relativas à política comum de segurança e defesa», nos Protocolos n.ºs 1, 10 e 11 e nas Declarações n.ºs 13 e 14. Também Parlamento Europeu tem um papel específico na PESC e na PCSD, conforme o preceituado no artigo 36.º do TUE.

⁵Atualmente Dr. Josep BORRELL FONTELLES - https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2019-2024/borrellfontelles_en

investigação, industrial e espacial da União, relativamente às quais o Parlamento Europeu se viu habilitado a desempenhar um papel muito mais significativo em matéria de PCSD do que no passado.

A **Estratégia Global da UE de 2016 define a estratégia para a PCSD**, enquanto o Tratado de Lisboa clarifica os aspetos institucionais e reforça o papel do Parlamento Europeu. Refira-se que a PCSD foi, recentemente, objeto de importantes alterações estratégicas e operacionais para fazer face aos desafios em matéria de segurança e à exigência dos cidadãos em obter mais respostas por parte da UE.

É neste quadro e âmbito que o CESD exerce o seu mandato e atividades. Em 21 de dezembro de 2016, o Conselho adotou a Decisão (PESC) 2016/2382 que cria a Academia Europeia de Segurança e Defesa⁶ (AESD/CESD), decisão que tem sido atualizada ao longo dos últimos anos. As ações de formação e educação no âmbito do CESD serão conduzidas no domínio da PCSD/PESC, nomeadamente em matéria de estabilização de conflitos, resolução de conflitos e de condições necessárias para um desenvolvimento sustentável. Constituem **objetivos do CESD**:

- Reforçar a cultura europeia comum de segurança e de defesa dentro da União e promover os princípios estabelecidos no artigo 21.º n.º 1 do TUE fora da União;
- Promover um conhecimento mais profundo da PCSD como parte essencial da PESC;
- Dotar as instâncias da União de pessoal qualificado, capaz de trabalhar de modo eficiente em todos os domínios da PCSD e PESC;
- Dotar as administrações e serviços dos Estados-Membros de pessoal qualificado, conhecedor das políticas, instituições e procedimentos da União no domínio da PCSD e PESC;

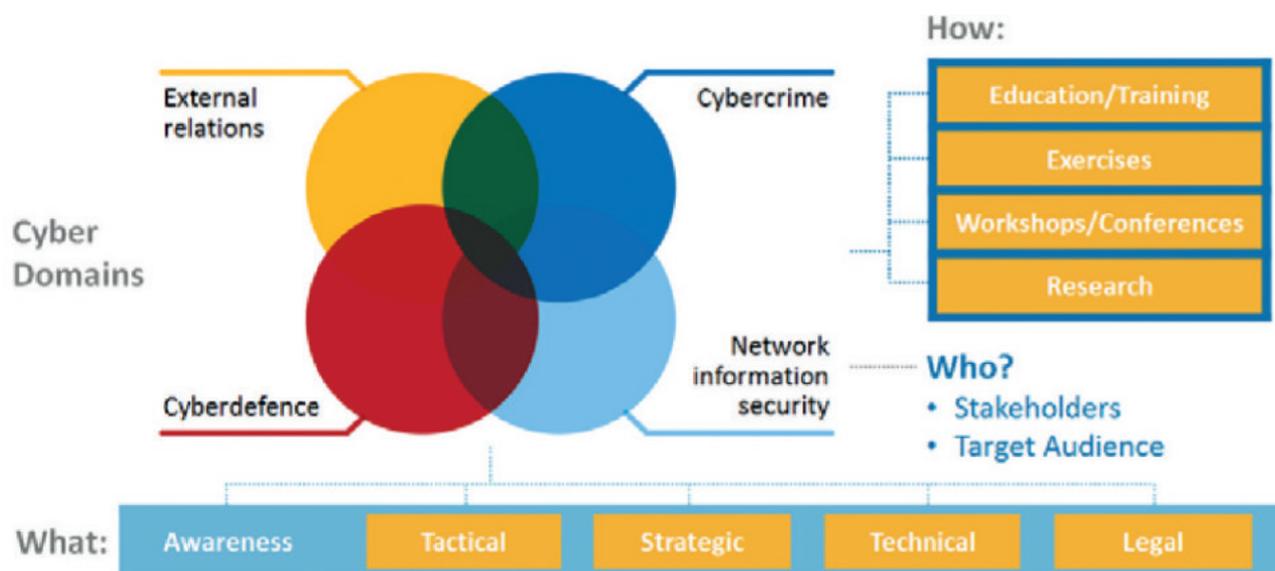
- Infundir ao pessoal das Missões e Operações da PCSD um entendimento comum dos princípios de funcionamento das Missões e Operações da PCSD e um sentimento de identidade europeia comum;
- Ministrando formação e educação em resposta às necessidades com que as Missões e Operações da PCSD se deparam nessa matéria;
- Apoiar as parcerias da União no domínio da PCSD e PESC, nomeadamente parcerias com países que participem nas missões da PCSD;
- Apoiar a gestão civil de crises, nomeadamente no domínio da prevenção de conflitos, e estabelecer ou manter as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável;
- Promover a iniciativa europeia para o intercâmbio de jovens oficiais («Erasmus Militar»);
- Contribuir para a promoção das relações e contactos profissionais entre os participantes na formação e educação. Quando apropriado, será prestada atenção à garantia de coerência com outras atividades da União;
- Dotar as administrações e serviços dos Estados-Membros de pessoal qualificado, conhecedor das políticas, instituições, procedimentos e melhores práticas nos domínios cibersegurança e ciberdefesa.
- Apoiar o Comité para os Aspetos Cívicos da Gestão de Crises (CivCom) e o Grupo da Formação Civil da União (EUCTG) administrando e gerindo as despesas de viagem e de alojamento relacionadas com as atividades dos coordenadores civis da formação (CCT).⁷

Em 14 de maio de 2018, o Conselho Europeu adotou a Decisão (PESC) 2018/712 (2) que encarregou o CESD de criar uma **plataforma de educação, formação, avaliação e exercício (Cyber ETEE) em matéria**



⁶ Doravante designado no presente artigo por Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD).

⁷ *Civilian Coordinators for Training (CCT)*.



de cibersegurança e ciberdefesa, apontando a necessidade de assegurar a complementaridade com outros esforços e iniciativas ao nível da União.

Em 20 de setembro de 2018, o Comité Político e de Segurança (COPS) adotou o mandato do Grupo da Formação Civil da UE (EUCTG), enquanto configuração especial do Comité para os Aspectos Cíveis da Gestão de Crises (CivCom). Em 15 de março de 2019, os Estados-Membros manifestaram, durante a reunião do EUCTG, a necessidade de apoio financeiro da União aos coordenadores civis da formação (CCF⁸ /CCT).

Com efeito, em 3 de junho de 2019, o Comité Diretor⁹ do CESD decidiu que o Colégio deveria administrar e gerir os custos relacionados com as despesas de viagem dos CCT. Por conseguinte, a Decisão (PESC) 2019/1297 de 31 de julho de 2019 procedeu harmonização das referidas atualizações.

O CESD é organizado como uma faculdade de rede que congrega institutos, escolas superiores, academias, universidades, *think tanks*, instituições diplomáticas e outros intervenientes civis e militares que tra-

tem de assuntos de política de segurança e de defesa no quadro da União, identificados pelos Estados-Membros, bem como o *European Union Institute for Security Studies* (EUISS). Hoje, o CESD conta com mais de 165 instituições nacionais e europeias certificadas. A formação ministrada pelo CESD não tem taxas de ensino associadas, todavia compete às autoridades de envio suportar os custos de viagem e alojamento dos seus participantes.

O CESD estabelece ligações estreitas com as instituições da União e os organismos competentes da União, em particular com a CEPOL, FRONTEX, Agência Europeia de Defesa (AED/EDA), Centro de Satélites da União Europeia (SatCen EU), EUROPOL, Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, entre outros organismos internacionais (NATO, ONU, OSCE, ASEAN, EaP, *European Western Balkans*, entre outras entidades e projetos).

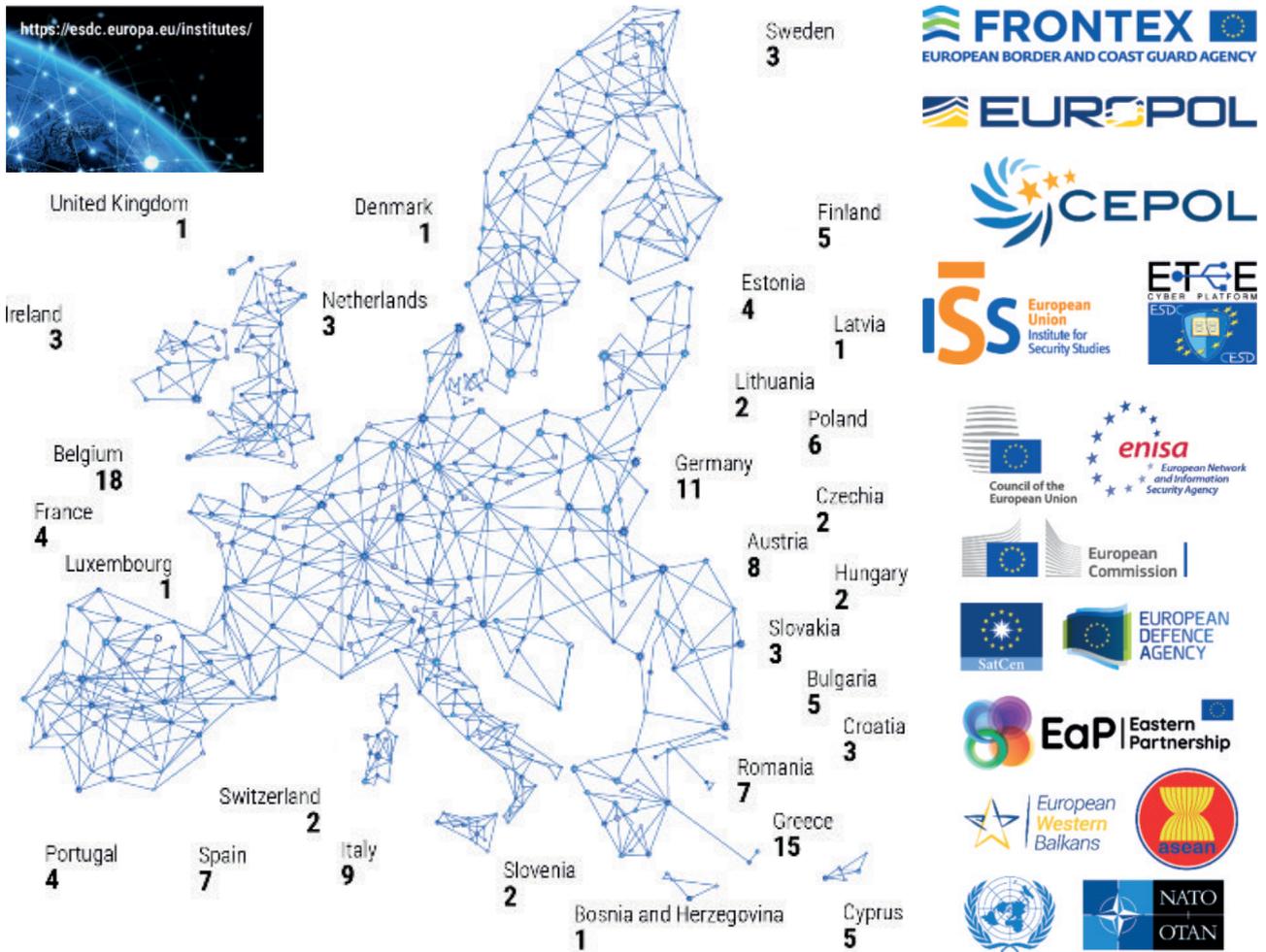
O CESD prossegue as suas atribuições sob a responsabilidade geral do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

O CESD é financiado através de um fundo opera-

⁸ Doravante *Civilian Coordinators for Training* (CCT).

⁹ ESDC *Steering Committee* (SC).

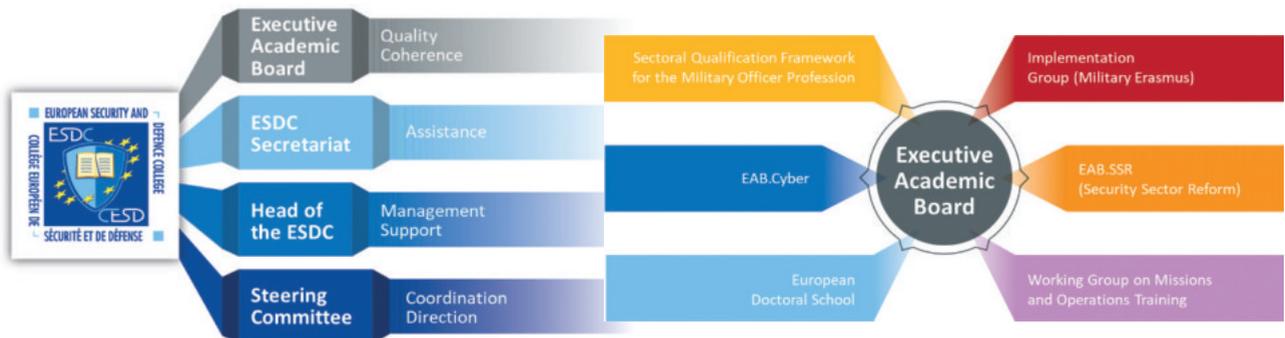
PELA LEI E PELA GREI



cional tutelado pelo serviço da Comissão Europeia denominado *Foreign Policy Instruments* (FPI)¹⁰, o qual está co-localizado diretamente no Serviço Euro-

peu para a Ação Externa (SEAE).

O CESD é composto pelos seguintes órgãos e configurações:



Estrutura orgânica do CESD

Configurações do *Executive Academic Board* (EAB)

¹⁰ Instrumentos de Política Externa.

As ações de formação e educação do CESD incluem:

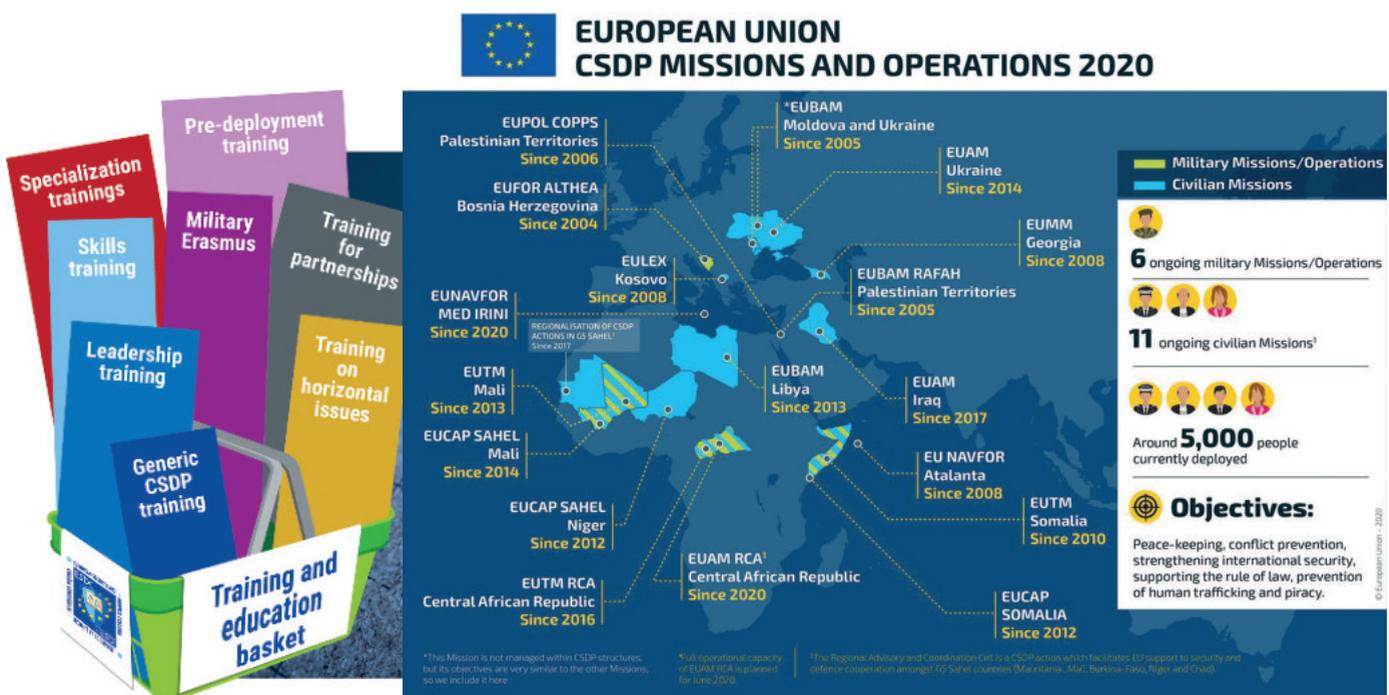
- ▶ Cursos de nível básico e avançado que promovam a compreensão geral da PCSD e PESC;
- ▶ Cursos de desenvolvimento da liderança;
- ▶ Cursos de apoio direto às Missões e Operações da PCSD, incluindo formação e educação prévia ao destacamento e durante as missões e as operações;
- ▶ Cursos de apoio às parcerias da UE e aos países que participem nas Missões e Operações da PCSD;
- ▶ Módulos de apoio à formação e educação civil e militar no domínio da PCSD e PESC;
- ▶ Cursos, seminários, programas e conferências no domínio da PCSD e PESC destinados a audiências especializadas ou centrados em temas específicos;
- ▶ Módulos comuns geridos no âmbito da iniciativa europeia para o intercâmbio de jovens oficiais, inspirada no programa Erasmus;
- ▶ Prestar apoio à gestão da formação e educação no domínio da prevenção de conflitos, da gestão

civil de crises, ao estabelecimento ou à manutenção das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável, e às iniciativas no âmbito da reforma do setor da segurança, bem como da promoção da cibersegurança e da sensibilização para as ameaças híbridas;

- ▶ Organizar e realizar anualmente uma *networking conference* que reúna formadores civis e militares peritos no domínio da PCSD, oriundos dos institutos e ministérios de formação e educação dos Estados-Membros, e formadores externos competentes conforme apropriado.

- ▶ Manter relações com intervenientes relevantes nos domínios da liberdade, segurança e justiça (FSJ¹¹) e do desenvolvimento e cooperação, e com organizações internacionais pertinentes.

No âmbito das suas atividades, o CESD também apoia e promove semestres europeus e mestrados conjuntos, no âmbito dos diversos módulos comuns, bem como um leque diversificado de atividades.

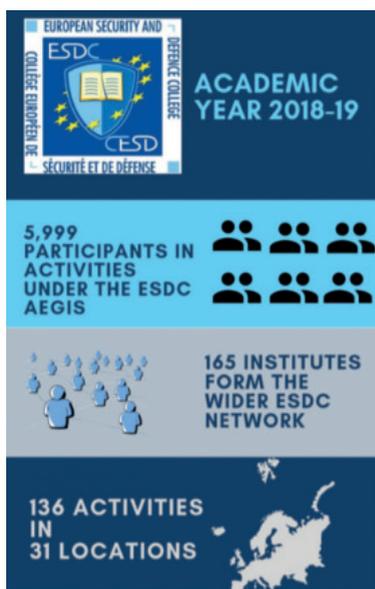


¹¹ Freedom, Security and Justice (FSJ) stakeholders

PELA LEI E PELA GREI

O CESD possui ainda um papel preponderante na preparação, aprontamento e formação contínua de *experts* e *staff* empenhados nas diversas 17 missões civis e operações militares da UE no âmbito da PCSD, bem como na organização regular

do *pre-deployment training* (PDT), inclusive para pessoal contratado, nove (09) vezes por ano em Bruxelas, em estreita coordenação com as diversas estruturas e serviços do EEAS (CPCC, MPCC, EUMS e ISP).



ESDC flourishes... Number of ESDC Activities



- 50 different type of courses
- from one day seminars to a full academic year
- 30 000 alumni 2005

Processo de recrutamento, atribuições e atividades desempenhadas pelo oficial no CESD

Em conformidade com a Decisão do Conselho Europeu (PESC) 2016/2382, de 21 de dezembro de 2016, alterado pelas Decisões (PESC) 2018/712 e 2019/1297, **o quadro de pessoal do CESD deverá ser essencialmente constituído por peritos nacionais destacados**¹² pelas instituições da União Europeia, pelo SEAE e por organismos da União, e pelos Estados-Membros (EM). **O CESD não dispõe de quotas ou lugares cativos para cada Estado-Membro** e/ou organismos da União Europeia, sendo o processo de recrutamento efetuado mediante candidaturas institucionais apresentadas pelos diversos EM da UE, através das respetivas Representações Permanentes (REPER) junto da UE, em consignação ao perfil do cargo e

critérios de seleção definidos pelo CESD.

Foi neste quadro que a GNR apresentou um conjunto de candidaturas institucionais, via Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), tendo eu sido selecionado, por concurso, para o desempenho de funções como gestor de Formação (*Training Manager*) do Colégio Europeu de Segurança e Defesa, na área de Prevenção de Conflitos e Aspectos Civis da Gestão de Crises (*focus on Civilian Aspects – Civilian CSDP*), área que constitui uma prioridade atual para o Estado Português, bem como para presidência portuguesa da União Europeia, no âmbito da PCSD Civil.

Iniciei funções no CESD, em Bruxelas, em 16 de junho de 2018. **Sendo o primeiro e sou o único português, até à data, a desempenhar funções no CESD**, o que naturalmente em muito prestigia a imagem de Portugal no quadro da ação externa da UE e da PCSD,

¹² Em norma por um período usual de 4 a 6 anos (máximo).

e em particular da Guarda Nacional Republicana (GNR), enquanto organismo de proveniência. Sou também o único oficial proveniente de uma força de segurança de natureza militar (Gendarmaria), ao nível da UE, a desempenhar funções no CESD, coordenando a formação na área de Prevenção de Conflitos e Aspectos Cívicos da Gestão de Crises no quadro da PCSD. No âmbito das minhas atribuições, tenho a

responsabilidade de coordenar a formação no âmbito da Gestão Civil de Crises da UE, em foco nas seguintes áreas: *Conflict Prevention, Capability Building, Protection of Civilians (PoC) in Armed Conflicts, Security Sector Reform (SSR), Rule of Law (RoL), Civilian and Military Capability Development, JHA¹³ nexus and cooperation, Challenges of Space for EU, Counterterrorism and Hybrid Threats.*



Recentemente, vi as minhas áreas de intervenção serem ampliadas, passando a coordenar em representação do CESD diversos acordos, parcerias, projetos e programas de cooperação, tais como o *European Union Eastern Partnership (EaP) programme*, ASEAN cooperation e seminários regionais com a América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai) e México. Sempre que necessário, represento o CESD em diversos fóruns internacionais, bem como apoio o SEAE no desenvolvimento de

diversos diálogos políticos na área da segurança e defesa, em coordenação com diversas Delegações da União Europeia e países intervenientes.

Tenho vindo a liderar, coordenar e organizar a *CSDP Annual Training and Education Conference (ATEC)* em estrita cooperação com as diversas estruturas do SEAE, nomeadamente o *Civilian Planning and Conduct Capability (CPCC)*, o *European Union Military Staff (EUMS)* e *EEAS CSDP-Crisis Response ISP.1*, atividade que no ano de 2019 reuniu cerca de 140 participantes dos diversos institutos, membros do CESD, ministérios

¹³ Justiça e Assuntos Internos.

¹⁴ *Association of Southeast Asian Nations.*

¹⁵ *Latin American Countries.*

¹⁶ Evento anual do CESD que combina numa única atividade a *ESDC Network Conference*, a *Annual Meeting on Training of CSDP Missions & Operations Personnel* (do CPCC) e *EU Annual Military Training and Education Seminar* (do EUMS).

PELA LEI E PELA GREI



Major João Madaleno, IIDSS 2019, Jakarta.

dos Estados-Membros, Missões Cívicas e Operações Militares da PCSD, instituições e agências da UE entre outras organizações internacionais. Esta atividade foi notoriamente apreciada e alvo de consideráveis elogios públicos, no que tange à qualidade da sua preparação, condução e relevância das temáticas apresentadas.

Em julho de 2019, tive a honra de participar no *Indonesia International Defence Science Seminar 2019 (IIDSS 2019)*, em Jakarta, em representação da União Europeia e SEAE, ministrando uma palestra intitulada «*Shifting International Politics and Future Global War on Terror' - European Union Policy on Counterterrorism, Cyber & Hybrid Threats*», para mais de 600 participantes e ilustres convidados de vários países. O evento foi presidido por Sua Excelência o general Ryamizard RYACUDOU, ministro da Defesa da



CSDP Annual Training and Education Conference (ATEC) 2019, 19-20 November, Brussels

República da Indonésia. A minha participação neste seminário constituiu uma excecional oportunidade para fortalecer a cooperação existente da UE com a Indonésia e parceiros internacionais para tratar de questões de segurança global. Adicionalmente, com o apoio da Delegação da União Europeia (EUDEL) na Indonésia, estabeleci diversas reuniões paralelas, fortalecendo os vínculos e a cooperação no campo

das operações de manutenção da paz e da PCSD com vários representantes de instituições e autoridades oficiais Indonésias, tais como a Universidade de Defesa da Indonésia (UNHAN) e o *Indonesia Armed Forces Peacekeeping Center (PMPP-TNI)*. Estas ações representaram um passo importante no estabelecimento de laços de confiança e cooperação entre a UE, o CESD e as autoridades indonésias.



Group Photo - *Indonesia International Defence Science Seminar 2019 (IIDSS 2019)*, Jakarta, INDONESIA



Durante o meu período de destacamento do CESD, tenho tentado criar relações de trabalho construtivas no campo das relações externas com diversas autoridades nacionais, organizações

internacionais, Estados-Membros da UE, instituições/agências da UE, delegações da UE e países terceiros. Tenho cooperado com a Representação Permanente (REPER) do Estado Português junto da UE, em Bruxelas, apoiando diversas entidades nacionais.

Tenho laborado e criado condições favoráveis para promover várias autoridades governamentais portuguesas, tendo inclusive estimulado e facilitado o processo de adesão da Guarda Nacional Republicana (GNR), em 2019, como *network member* do CESD, tal como facilitado o processo de adesão da EUROGENDFOR (EGF), enquanto entidade parceira do CESD, durante a liderança portuguesa da GNR da EGF, em 2018.

O valor da experiência na promoção de uma cultura europeia de segurança e defesa comum

Naturalmente, o desempenho de funções num organismo desta natureza é exigente, intenso e desafiante, seja no domínio técnico-profissional ou pessoal, requerendo um sentido de responsabilidade elevado e um conjunto de conhecimentos, aptidões



e competências apropriadas a uma gestão eficiente, simultânea, útil e oportuna de um elevado número de atividades e projetos da UE, com assinaláveis padrões de qualidade, na maioria das vezes num contexto

multidimensional e multicultural complexo, em que o impacto público e político ao nível das relações internas e externas da UE, é extraordinariamente sensível, em especial no quadro da PESC e PCSD.

No domínio pessoal trata-se de uma experiência única de vida, possibilitando uma valoração pessoal, profissional, social e cultural singulares, num ambiente multicultural, extraordinariamente ativo e diversificado. Por outro lado, igualmente carece de um período de estabilidade suficiente e adequado, em consignação aos períodos de aprendizagem e retorno institucional do CESD, assegurando a regularidade desejável na gestão de projetos, processos e atividades de natureza plurianual e de natureza específicas.

Inequivocamente, as atividades e responsabilidades no CESD, constituem um **contributo de excelência para a construção e consolidação de uma cultura mundial de paz e não violência, em particular no quadro de ação da PESC e PCSD**, atividade que em muito prestigia a imagem e valor de Portugal¹⁷ na Europa e no mundo.

PELA LEI E PELA GREI

Dada a amplitude do quadro de ação do CESD enquanto instrumento de diplomacia pública do SEAE, interação privilegiada com um conjunto diversificado de instituições europeias, missões e operações PCSD, Estados-Membros, entidades regionais e organismos internacionais, a projeção de um oficial da GNR numa instituição desta natureza, naturalmente traduz uma visibilidade distinta, um valor reconhecível e porventura diferenciado de outros projetos de cooperação e participação bilaterais e/ou de natureza ocasional. Subsidiariamente, capitaliza um retorno oportuno ao nível da informação disponível, ao nível das

diversas instituições europeias, fóruns e organismos internacionais, habilitando diversas instituições e organismos portugueses a gerarem sinergias úteis e qualificadas no âmbito da cooperação interinstitucional, da diplomacia portuguesa, e nas aéreas da PESC e PCSD.

Em 2020, o **Colégio Europeu de Segurança e Defesa pode recordar uma história de sucesso de 15 anos, da qual a Guarda Nacional Republicana é também já parte integrante**, enquanto parceiro interinstitucional acreditado no domínio capacitação, formação e cooperação europeia, nas áreas da segurança e defesa, em especial nos quadros de ação da PESC e PCSD.



Bibliografia

Conselho Europeu. (21 de dezembro de 2016). Decisão (PESC) 2016/2382. *Establishing a European Security and Defence College (ESDC)*. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.

Conselho Europeu. (14 de maio de 2018). Decisão (PESC) 2018/712. *Amending Decision (CFSP) 2016/2382 establishing a European Security and Defence College (ESDC)*, Jornal Oficial da União Europeia. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.

Conselho Europeu. (Julho de 31 de 2019). Decisão (PESC) 2019/1297. *Amending Decision (CFSP) 2016/2382 establishing a European Security and Defence College (ESDC)*. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.

European Security and Defence College (ESDC). (2018-2019). *General Annual Report on ESDC Activities 2018-19*. Luxembourg: Publications Office of the European Union: Alexandra Katsantoni. Obtido em 20 de abril de 2020, de <https://esdc.europa.eu/2019/11/12/the-esdc-general-annual-report-on-the-2018-19-activities-in-now-available/>

European Security and Defence College (ESDC). (Fevereiro de 2020). *What we are, What we do*. (I. Katsagounos, Ed.) A manual of the European Security and Defence College, February 2020 - August 2020.

Fichas temáticas sobre a União Europeia - Política Comum de Segurança e Defesa. (20 de março de 2020). Obtido de Parlamento Europeu: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/159/politica-comum-de-seguranca-e-defesa>

União Europeia. (13 de dezembro de 2007). Tratado da União Europeia (TUE). Tratado de Lisboa. Lisboa: Jornal Oficial da União Europeia, C 306, 17 de dezembro de 2007.